

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 049

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE MAIO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE MAIO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Ademar Traiano e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (38). Achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: Cesar Seleme, Edno Guimarães, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada e Tiago Amorim Novaes (16).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor presidente.

Na qualidade de líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB nesta Casa de Leis,

indico os nomes dos Deputados Ricardo Chab e Luiz Carlos Alborghetti para suplentes da CPI da Telefonia.

Sem mais para o momento, antecipo agradecimentos.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

Líder do PTB

INDICAÇÃO

Senhor presidente.

Na qualidade de líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB nesta Casa de Leis, solicito a Vossa Excelência, a substituição do Deputado Luiz Carlos Alborghetti pelo Deputado Tiago Amorim Novaes, para compor a CPI da Telefonia.

Sem mais para o momento, antecipo agradecimentos.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1162

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 123/2001, cuja súmula dispõe que os créditos tributários referentes ao IPVA, as multas de trânsito estaduais e a taxa de estadia do Detran, poderão ser parcelados em até 12 vezes, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1170

Senhor presidente.

Conforme disposto no Regimento Interno, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER à Mesa seja o Projeto de Lei nº 106/2001, item 09 da pauta da Ordem do Dia desta Sessão Ordinária dispensado de terceira discussão, tendo em vista que o mesmo não recebeu emenda.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1123

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do projeto de Lei nº 050/2001, de autoria dos Deputados Irineu Colombo e Hermes Fonseca Filho, visando alterar a Lei nº 13.032 de 29 de dezembro de 2000, acrescen-

tando novos incisos ao artigo 2º, conforme especifica. (Rodovias - Funcor).

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, conforme disposto no artigo 250, do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 137/2001, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o uso do Espaço Cultural desta Casa de Leis, para o lançamento do livro “Rulito e o Anjo Fidelino”, da escritora Lídia Dora Fazzini Ferrano, funcionária desta Assembléia Legislativa e membro da Academia Feminina de Letras do Paraná, a ser lançado no dia 31 de maio do corrente ano às 16h00, sendo que 50% da renda por exemplar vendido, será doado ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor André Maggi, encaminhamento de manifestação de condolências e cópia da proposição em apreço aos familiares enlutados.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

Lamentavelmente o Paraná e principalmente a região oeste do Estado perdeu no último dia 22 do corrente um grande homem e empresário que ajudou durante toda a sua vida, não só para com o progresso deste Estado, mas também para o engrandecimento econômico e social do nosso País, tornando-se uma das maiores expressões empresariais deste Brasil. O fruto do seu esforço e trabalho encontra-se presente em diversas unidades da nossa federação, com empreendimentos diversificados que geram riquezas e o desenvolvimento, tendo o resultado do seu esforço na área agrícola reconhecido internacionalmente pelo sucesso alcançado com a produção de soja. Era uma pessoa simples e modesta que iniciou sua vida empresarial no município de São Miguel do Iguaçu, e deixa um exemplo de luta e sucesso que ficará

registrado na nossa história, motivo que orgulha este deputado e a sociedade oestina em tê-lo conhecido e vivido ao seu lado, restando-nos como uma última homenagem registrar o reconhecimento do povo do Paraná por toda a sua contribuição na formação da nossa economia e progresso.

REQUERIMENTO Nº 1111

Senhor presidente.

Os deputados Luiz Accorsi e Ricardo Chab que ao final subscrevem, no uso de suas atribuições REQUER o registro nos Anais desta Casa de Leis, do falecimento do Senhor Pascoal Pucci, ocorrido às 12h00 do dia 18 de abril do corrente ano, nesta Capital.

O extinto deixa numerosa família e era viúvo da Senhora Angélica Pacheco Pucci.

Pascoal Pucci faz parte da história política do Estado por ter sido o primeiro prefeito do município de Santa Isabel do Ivaí na gestão de 1955 a 1958, quando à época governava o Paraná, o saudoso governador Moysés Lupion.

Conhecido carinhosamente por Nino, Pascoal Pucci antes de assumir a administração isabelense era funcionário da Companhia Tarquínio Marques Ferreira e Outros, empresa colonizadora daquela gleba.

O tributo à memória de Pascoal Pucci é dever deste Parlamento, tratando-se de cidadão contribuinte para com a história e o desenvolvimento do Paraná, como pioneiro de uma região, como gestor de uma administração municipal.

Que, da decisão, se dê ciência às autoridades constituídas de Santa Isabel do Ivaí e à sua família, através do endereço do seu irmão, o senhor Alberto Pucci, residente na Rua Parintins, 576, apartamento 1, CEP 80320-270, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI

RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1118

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Afonso Reghin, ocorrido no dia 23/04/2001, em Uraí, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1124

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do jornalista Dino Almeida, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 64 anos de idade faleceu, nesta Capital, em data de ontem, o jornalista Dino Almeida. Destacado colunista e intérprete sendo que de seus 45 anos de profissão, 36 foram dedicados ao trabalho na Gazeta do Povo.

Os paranaenses tinham em Dino um intérprete não apenas dos fatos sociais, mas também das reivindicações da sociedade, em todas as áreas, principalmente da cultura do nosso Estado.

Era considerado um grande renovador do colunismo social.

Dino Almeida destacou-se também como político, sendo vereador de Curitiba, entre 97 e 2000, dedicando seu mandato à cultura, promoção social e melhoria das condições de segurança. Sempre valorizou a beleza da mulher paranaense promovendo o Glamour Girl, que, no ano passado, teve sua 36ª edição com a participação de representantes de clubes de todo o Estado. Ele também deu grande impulso ao crescimento de Caiobá, no nosso litoral, falando de suas belezas. A praia que ele costumava chamar de “divina”, foi uma de suas grandes paixões. Por mais de 30 anos demonstrou grande carinho com a promoção da Garota Caiobá.

Dino José Bronze de Almeida, nasceu em São Francisco do Sul, em Santa Catarina, mas considerava-se curitibano de coração. Era advogado, jornalista e relações públicas. Sempre foi recordista no recebimento de correspondência. Ele começou em 1955 no jornal “A Tarde”. Escreveu também em vários outros jornais e revistas, como “O Dia” e “Diário do Paraná”. Também atuou em rádio e televisão. Desde o ano de 1964, mantém uma coluna diária na Gazeta do Povo. Em sua coluna sempre houve espaço para promoções em benefício de entidades assistenciais. Assim como campanhas de grande importância em defesa dos valores paranaenses. Sempre reconheceu o talento dos artistas à revista Charme, e, na ocasião lembrou que, quando começou, “raríssimas eram as casas que tinham quadros e telas de artistas paranaenses, pois, na época só existia uma galeria de arte em Curitiba, hoje, são quase 50. Foi presidente da Associação dos Amigos do Museu e foi também funcionário do Poder Legislativo.

O jornalista Dino Almeida recebeu várias premiações durante sua longa carreira. Mas, ele considerou duas especiais: a Ordem do Mérito Judiciário, que lhe foi entregue pelo Superior Tribunal do Trabalho, em Brasília; e o Top of Mind pesquisa em que foi citado como jornalista/colunista mais lembrado do Paraná desde que a premiação foi instituída há seis anos. Ele também tinha muito orgulho de suas obras. Escreveu 12 livros, dentre os quais destacam-se “Bandeirantes do Progresso” (volumes I, II e III), “Mil Pensamentos Perfeitos” e “Socie-

dade Curitibana”, os dois últimos com edições atualizadas ano a ano.

Dino Almeida sempre dedicou grande carinho à família e os filhos chegaram a trabalhar com ele. Deixou quatro filhos e oito netos.

O passamento do amigo Dino Almeida deixou enorme lacuna difícil de ser preenchida, principalmente entre os familiares.

Seus entes queridos, seus amigos com lágrimas nos olhos afirmam que pode repousar tranquilo pois, que tudo farão para que seus feitos permaneçam para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coração bondoso.

Permaneceremos, porém fiéis à sua memória e seus exemplos, suas lições não de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nosso povo.

Lá onde está, poderá ter a certeza de que sabermos ser os seus continuadores na luta pelo ideal.

Repousa, pois, valente lutador.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1125

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Executivo, voto de pesar, pelo falecimento do jornalista Dino José Bronze de Almeida, ocorrido no dia 25 do corrente mês, nesta Capital.

Requer ainda, que após aprovado pelo Plenário desta augusta Casa de Leis, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada, sito à Rua Comendador Araújo, 143, 5º andar, conj. 53, CEP 80420-900, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Dino José Bronze de Almeida, ocorrido no dia 25 do corrente mês, nesta Capital.

O Paraná perde nesta data o seu mais importante jornalista e colunista social, que dedicou 45 anos ao exercício de sua profissão, com muito êxito e brilhantismo, pela maneira inovadora, séria e imparcial que norteava suas matérias em todos os veículos de comunicação, fato este que lhe deram credibilidade no desempenho de sua profissão.

Além das atividades inerentes ao jornalismo, sua principal vocação, também participou da vida pública, tendo sido eleito vereador, exercendo o aludido cargo no

período de 1997 a 2000, onde prestou relevante trabalho à população paranaense.

No campo literário, o jornalista Dino Almeida, destacou-se como autor de vários livros, tendo recebido vários prêmios durante sua carreira, como reconhecimento de seu trabalho.

O jornalista Dino Almeida deixa viúva, filhos, netos e muitos amigos, bem como um legado de vida pública que sem dúvida alguma, servirá de referencial para as futuras gerações de políticos e jornalistas de nosso Estado.

Face ao exposto e considerando a importância dos trabalhos realizados pelo jornalista Dino Almeida em prol da coletividade, durante sua existência, seja como jornalista, como escritor ou como homem público, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de pesar.

REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do jornalista Dino José Bronze de Almeida, um dos mais importantes nomes do jornalismo e colunismo social do Paraná.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a seus familiares, na Rua Comendador Araujo, nº 143, 5º andar cj. 53 - CEP 80420-900, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar, aos familiares do senhor Dino Almeida, renomado colunista social, falecido, nesta Capital em 25.04.2001.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Dino Almeida, colunista social, nasceu em São Francisco do Sul, Santa Catarina, mais considerava-se curitibano de coração. Advogado, jornalista e relações públicas completou 45 anos de jornalismo, 36 dos quais na Gazeta do Povo.

Tido como um dos maiores incentivadores das artes, Dino era colecionador de selos raros, discos de música clássica e esculturas, vereador em Curitiba, entre 97 e 2000, dedicou seu mandato à cultura, promoções sociais e melhorias das condições de segurança. Valorizou a beleza da mulher paranaense promovendo a Glamour Girl, que no ano passado teve a sua 36ª edição com participação de representante de vários clubes de todo o Estado.

REQUERIMENTO Nº 1136

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do vereador e colunista Dino Almeida, falecido em data de ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná perdeu ontem seu maior colunista social, Dino Almeida, 64 anos e 45 dedicados ao jornalismo, morreu ontem à noite, no Hospital Santa Cruz, em nossa Capital, vítima de complicações provocadas pelo câncer generalizado. Os paranaenses tinham em Dino um intérprete, não apenas em fatos sociais, mas também de reivindicações da sociedade, em todas as áreas, principalmente da cultura do Estado.

Considerado um renovador do colunismo social, Dino desde suas primeiras reportagens e notas, se empenhou em dar um conteúdo jornalístico ao setor social, falando sobre política, negócios, artes, curiosidades, festas e promoções sociais. Costumava dizer que as pessoas apareciam em sua coluna não apenas por que eram suas amigas, mas porque eram notícia e estavam fazendo algo interessante.

Dino também ganhou destaque político, sendo vereador de Curitiba de 1997 a 2000, dedicando seu mandato à cultura, promoção social e melhoria das condições de segurança. Valorizou a beleza da mulher paranaense promovendo o Glamour Girl, que, no ano passado, teve sua 36ª edição, com a participação de representantes de clubes de todo o Estado.

Ele também impulsionou o crescimento de Caiobá, no litoral paranaense falando de suas belezas. A praia, que ele costumava chamar de “divina” foi uma de suas grandes paixões. Uma demonstração desta paixão especial foi o “Garota Caiobá”, que ele promoveu por mais de 30 anos.

Dino nasceu em São Francisco do Sul, mas considerava-se curitibano de coração.

Advogado, jornalista e relações públicas, ele completou 45 anos de jornalismo em 6 de outubro, sendo 36 de Gazeta do Povo, onde não falhou um único dia e era recordista, no recebimento de correspondências, já que mantinha sua coluna no jornal diariamente.

O Paraná perdeu um grande homem - uma verdadeira referência da nossa sociedade que está de luto. Tinha inúmeros amigos, que angariou por conta de sua personalidade brilhante e peculiar, era simpático, afável e tinha um grande coração - foram inúmeras as promoções em benefício de entidades sociais que ele realizou.

Dino Almeida será sempre lembrado por inúmeros paranaenses. As pessoas se acostumaram a vê-lo em muitos eventos aos quais adicionava brilho e importância com sua presença.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, votos de pesar à família Almeida, pelo falecimento do jornalista e colunista social por 45 anos do Jornal Gazeta do Povo, Dino Almeida.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente de profundo pesar, pelo falecimento do jornalista Dino José Bronze de Almeida, um dos mais importantes nomes do jornalismo e colunismo social do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, solicitando que se dê ciência à família enlutada, através de correspondência à Rua Comendador Araujo, 143, 5º andar - Cj. 53 - CEP 80420-900 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos do dia, voto de pesar à família do empresário iguaçuense Vitório Basso, falecido na última segunda-feira, em Foz do Iguaçu.

Vitório Basso foi um dos pioneiros de Foz do Iguaçu, além de apostar no potencial turístico da cidade, ainda dedicou-se à política. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal duas vezes, sempre com atuação marcante na área social. Basso também foi provedor da Santa Casa e dirigente da Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu.

A cidade de Foz perde um de seus principais pioneiros e um valoroso defensor das causas populares.

A presente proposição tem o objetivo de registrar nos Anais da Casa nossos votos de pesar pelo seu passamento.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de pesar aos familiares do

Senhor Paschoal Pucci, falecido nesta cidade aos 75 anos de idade, no dia 19.04.2001, deixando seis filhos, sete netas, dois netos, um genro e duas noras.

Outrossim, solicitamos que se dê ciência desta homenagem no seguinte endereço: Rua Arnaldo Pisseti, 578 - Bairro Alto - Curitiba - Paraná - CEP 82.820-350.

Sala das Sessões, em 02.05.2001

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Entre 1948 e 1950, um grupo de arrojadados desbravadores do Noroeste paranaense, entusiasmado com a surpreendente movimentação demográfica provocada com a fundação de Paranaíba, resolveu instituir uma companhia territorial com a finalidade de lotear e povoar a Gleba 19, da mencionada colônia. Esta empresa recebeu a denominação de Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí, funcionando sob a direção de Tarquínio Marques Ferreira, Gustavo Brigadão, Paschoal Pucchi, Dalmiro O. Carneiro e outros.

Daí por diante, o progresso foi vertiginoso e continuado. Pela Lei Estadual no 253 de 26 de novembro de 1954, o distrito de Santa Isabel do Ivaí, foi elevado a categoria de município, desmembrado de Paranaíba. Sua instalação solene realizou-se juntamente com a posse do prefeito eleito e da primeira câmara municipal, no dia 3 de outubro de 1955. O povo escolheu para primeiro prefeito do município o seu fundador Paschoal Pucci.

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do senhor Dino José Bronze de Almeida, ocorrido no último final de semana.

O jornalista Dino Almeida marcou época na imprensa paranaense, pois há mais de 40 anos publicava, diariamente uma coluna escrita com raro talento, levando informação ao povo do nosso Estado, de forma agradável e sucinta.

O falecido também foi funcionário deste Poder Legislativo, onde angariou grande número de amigos.

Essa competência e simpatia própria de Dino Almeida, o levou a ocupar a cadeira de vereador do município de Curitiba.

Dino também possuía uma forte característica de solidariedade, sendo mentor de inúmeras campanhas humanitárias.

Requer, outrossim, que seja encaminhado à família enlutada a decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) RENATO GAUCHO

REQUERIMENTO Nº 1168

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar à família Silva, pelo falecimento do senhor Agenor Paulo Silva, ocorrido nesta data, 26 de abril de 2001.

Requer ainda que do presente se dê ciência à senhora Rosa Ribeiro da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Astorga, 475 - Jardim Guaraítuba - Colombo -PR, CEP: 83410.090.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1169

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, envio de votos de pesar à família Ghellere, pelo falecimento da senhora Beatriz Ghellere, ocorrido hoje, dia 02 de maio de 2001, no município de São Miguel do Iguaçu.

Requer ainda, que se dê ciência aos familiares, em São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 1173

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar, pelo falecimento da doutora Indira Vivace Schwartz, médica veterinária, ocorrido em 21 de abril de 2001, filha de Deni Schwartz, ex-ministro do Desenvolvimento Urbano e atual diretor de Relações Institucionais da Copel.

Requer ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento à família enlutada, nas pessoas de seus entes queridos, Deni Lineu Schwartz e família, à Rua Fagundes Varela, 1093 - Jardim Social - CEP 82520-040, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Indira Vivace Schwartz, era médica veterinária, filha de Deni Lineu Schwartz, ex-ministro do Desenvolvimento Urbano, ex-deputado estadual e atual diretor de Relações Institucionais da Copel, trabalhava na Cooperativa Agropecuária na cidade de Capanema - Sudoeste do Estado, prestando um excelente trabalho junto à comunidade e região, sendo sua perda irreparável, vítima de grave acidente automobilístico, no último dia 21 de abril de 2001.

REQUERIMENTO Nº 1174

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado

em Ata dos trabalhos desta Casa voto de pesar pelo falecimento do jornalista e ex-vereador Dino Almeida, ocorrido em 25 de abril de 2001.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento à família enlutada nas pessoas de seus entes queridos, Stella Wimmikes e filhos, à Rua Silva Jardim, 1761 ap. 52 - Batel, nesta capital.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Dino Almeida, era renomado jornalista, que atuava na Capital do Paraná, contava com mais de 45 anos de carreira na área jornalística, mantendo sua coluna diária no periódico Gazeta do Povo, onde relatava com brilhantismo ímpar os eventos e acontecimentos que movimentavam a comunidade paranaense. Dino também foi o idealizador do concurso da Garota Glamour Girl e Garota Caiobá, eventos que contavam com o maciço apoio e participação da sociedade curitibana e paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1099

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Povo, pelo destaque alcançado na pesquisa "Criança e o Adolescente na Mídia-Paraná".

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Gazeta do Povo, mais uma vez, deu uma lição de cidadania e destacou-se na pesquisa "A Criança e o Adolescente na Mídia-Paraná". De um total de 1565 reportagens analisadas entre os meses de outubro e dezembro de 2000, 497 foram publicadas pelo jornal.

A pesquisa foi realizada pela Ciranda-Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, que é uma organização não-governamental e sem fins lucrativos. A instituição integra, desde setembro de 2000, a rede Agência de Notícias dos Direitos da Infância - ANDI. A função da Ciranda é de regionalizar as ações e os métodos desenvolvidos nacionalmente pela entidade, além de oferecer capacitação para universitários e jornalistas que passam a atuar como agentes de comunicação e mobilização.

O estudo realizado, analisou temas como comportamento, deficiências, direitos e justiça, drogas, educação, abuso sexual, meio ambiente, saúde, violência, entre outros e foram analisados reportagens e artigos publicados em sete jornais; Gazeta do Povo, Folha do Paraná, O Estado do Paraná, Jornal do Estado, Gazeta Mercantil-PR e Folha do Boqueirão.

Como sempre, a Gazeta do Povo nos dá uma mostra de cidadania e de trabalho em prol da cidadania e da dignidade da criança e do adolescente. Pelo merecido destaque, receba o jornal Gazeta do Povo, através de seu Diretor - Doutor Francisco Cunha Pereira Filho (Praça

Carlos Gomes, 4 - Centro - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1100

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Militar de Curitiba, pela comemoração de seus 42 anos.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Militar de Curitiba comemorou 42 anos de existência. Na realidade o Colégio foi fundado em 15 de dezembro de 1958, mas a primeira aula inaugural só aconteceu em 21 de abril de 1959, motivo pelo qual os alunos comemoram a data.

O Colégio Militar, muito tradicional em nossa cidade, tem como código de honra “pátria, honra, dever e disciplina”. Ao longo de todos estes anos formou personalidades destacadas da nossa sociedade, do nosso Estado e do Brasil.

De uma turma inicial de 62 alunos, o colégio possui atualmente 770 estudantes. Antigamente era restrito ao sexo masculino, mas atualmente o colégio possui turmas mistas em todas as suas salas. Uma característica marcante, é o número de estudantes paranaenses matriculados naquela instituição, além do número de estudantes filhos de civis. Atualmente, do total de alunos matriculados, 367 são alunos das Forças Armadas e 403 de civis, o que vem corroborar a afirmativa que o colégio é bastante procurado pelos pais que desejam dar aos seus uma formação disciplinada e completa.

Pela comemoração de seus gloriosos 42 anos de fundação, receba o Colégio Militar de Curitiba, através de sua diretoria, (Praça Conselheiro T. Coelho - s/n - Ctba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal do Estado do Paraná, pelo site de notícias do Grupo Paulo Pimentel ter sido considerado como um dos melhores do Brasil.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal O Estado do Paraná está mais uma vez de parabéns. Seu site de notícias www.paraná.online.com.br foi classificado como um dos melhores do Brasil.

O site foi avaliado pela equipe do editorial do Top Cadê (o maior catálogo de busca da Internet) e considerado como um dos mais completos na categoria notícias,

em conteúdo, design e funcionalidade. Sem nenhuma inscrição do site para a concorrência, ele foi julgado e agora figura entre os 16 sites noticiosos brasileiros.

O concurso tem uma divisão de 16 categorias, feita pelo tradicional catálogo cadê?, o que forma um completo painel da Web brasileira. A cada semana são escolhidos três sites em cada uma das 16 categorias e ao final do mês os usuários do catálogo votam para apontar o vencedor do mês entre os sites indicados.

O Paraná online foi criado em 16 de junho de 1997. Ele é o portal do Grupo Paulo Pimentel, controlador da editora O Estado do Paraná, que publica os jornais O Estado do Paraná e a Tribuna do Paraná, além das Televisões Iguazu (Curitiba), Tibagi (Apucarana, (Cidade Londrina) e Naipi (Foz do Iguazu), afiliadas da rede SBT que transmite o TJ Paraná. A atualização do site é diária e completa após o fechamento dos jornais O Estado e a Tribuna do Paraná. A seleção de notícias é rigorosa, e todo o conteúdo do site é cuidadosamente preparado. Toda a equipe está de parabéns: Marcos Paulo Assis (Diretor-Executivo), Dante Luiz Alberti (Webmaster design), Guilherme Voitch, Marcelo Henrique Almeida, Hamilton Staichok, Clemente Moreira Neto (Editores), Claudio Staichok, Eduardo P. Aguida, Paulo Augusto de Almeida, Lúcio Bonette, Laudecir Wendler, Walter Luiz Amaro, Hamilton Brush (paginação).

Pela merecida classificação como um dos melhores sites do Brasil, receba a equipe do Paraná Online, através de seu Diretor-Executivo - Marcos Paulo de Assis, bem como o Diretor do Grupo Paulo Pimentel - Doutor Paulo Pimentel (Rua J. Tschannieri, 800 - Ctba-PR) os votos de congratulações do Poder Executivo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Masisa do Brasil, pela inauguração de sua fábrica em Ponta Grossa.

Responsável pela produção de placas de madeira MDF, a empresa está investindo US\$140 milhões na cidade de Ponta Grossa. A previsão é de que a unidade industrial gere aproximadamente 1200 empregos diretos e indiretos na cidade.

A meta da empresa é colocar no mercado interno 240.000 metros cúbicos por ano do produto, consumido principalmente pela indústria moveleira.

A Masisa conta em sua área de negócios com 8 fábricas de painéis no Chile e Argentina, além de plantas químicas e de revestimento. Com sede em Santiago no Chile, a empresa é líder latino-americana na produção de painéis de aglomerado e de MDF, produzido por processo termomecânico.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos diretores e demais funcionários, em nome do Presidente do Conselho Administrativo da Masisa S.A.,

Juan Gonzales e do Diretor Geral da Masisa do Brasil, Italo Rossi, na Rodovia BR-376 - Km 503, nº 1690 - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1108

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao município de Castro, pelo papel de comandante da gestão turística da região dos Campos Gerais.

Mais antiga das cidades dos Campos Gerais e uma das mais antigas do Paraná, Castro sedia a segunda etapa de um encontro voltado à constituição do “Corredor Turístico Caminho das Tropas”. Essa etapa deve servir para delinear as ações de desenvolvimento do projeto, envolvendo poder público - Estados e municípios - organizações não governamentais e a comunidade.

A união dos interesses da região, faz naturalmente surgir novas idéias, especialmente num setor importante como é do turismo, que gera emprego e renda.

A região dos Campos Gerais, com características particulares, é rica em belezas naturais e, uma vez unida nesse “Corredor Turístico”, vai permitir desviar o foco que hoje está em Foz do Iguaçu e Curitiba.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência a Reinaldo Cardoso - Prefeito Municipal, na Praça P. Kaled, 22 - Castro - PR-84160-000.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1114

Senhor presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviado voto de congratulações ao Senhor Aldemiro José dos Santos, presidente da Associação de Moradores do Conjunto José Belinati, na cidade de Londrina, em razão do projeto social implantado naquele bairro, orientando os motoristas da região para empregos.

A referida associação vem encaminhando para empregos principalmente pessoas sem experiência no mercado de trabalho, tornando-se referência para empresas e entidades empregadoras.

Aquela associação constatou que no Conjunto José Belinati, 60% dos moradores estão desempregados e apenas 10% trabalham com carteira assinada. Dessa forma, há necessidade do trabalho da associação no intuito de orientar os munícipes para as oportunidades de trabalho.

O projeto é pioneiro e pretende amenizar uma das maiores carências dos moradores da região: o emprego.

A associação está sediada na Rua Maria do Carmo Tramontina, 60, Conjunto José Belinati, Londrina, CEP 86020-000.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Braganey senhor João Cappelletto, com votos de congratulações pelo aniversário do município, no próximo dia 03 de maio do ano em curso.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência também ao vice-prefeito senhor Sérgio Passarini e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Celestino Denardin.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Braganey, foi criado através da Lei Estadual nº 01/1982, com território desmembrado de Corbélia. O primeiro prefeito eleito foi João Cappelletto que teve a árdua tarefa de iniciar o progresso do município, papel este cumprido com maestria pelo seu mandatário máximo da política braganeyense na época.

Tanto é verdade que o senhor João Cappelletto em função da sua destacada atuação, foi reconduzido pelas mãos do povo pela terceira vez ao cargo de Prefeito Municipal, coisa rara nos dias atuais, levando-se em consideração que o exercício do mandato desgasta a imagem dos políticos que estão investidos nos cargos.

Em Braganey existe em todos os seus quadrantes a marca do senhor João Cappelletto, que através da transparência na aplicação dos recursos e equilíbrio entre receita e despesa, conseguiu realizar inúmeras obras naquela municipalidade, balizando assim a afirmativa de que idoneidade é um bom remédio para enfrentar a crise.

Sempre obtive em Braganey expressiva votação fruto do companheirismo leal de valorosos amigos que possuo na cidade, capitaneados pelo senhor João Cappelletto, pessoa que aprendi a admirar pela sua integridade indiscutível.

Assim sendo, quero registrar esta importante data para o município e para os seus admiradores.

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao prefeito municipal de Virmond, senhor Osmar Palinski, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, a ocorrer dia 17 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência também ao vice-prefeito, senhor Ancelmo Pimen-

tel, e ao presidente da Câmara Municipal, Vereador Neimar Granoski.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O coronel Frederico Guilherme Virmond chegou em Guarapuava no ano de 1852, vindo da cidade do Rio de Janeiro, onde nascera e enfrentou as dificuldades iniciais inerentes aos padrões da época.

Em 1864, o Coronel Virmond figurava como camarista na freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava.

Neste mesmo ano foi criado o Distrito do Algodoeiro, denominação dada pelo fato de ter sido plantado algodão às margens do Rio Iguaçu, naquela região conhecida por Território da Paz.

No ano de 1920 o cônsul polonês Casemiro Gotuchowski adquiriu a fazenda Amola Faca, seu objetivo era juntar as famílias de imigrantes polonesas dispersas pelo Estado e pelo Brasil afora.

A iniciativa foi coroada de êxito, justificando plenamente levadas de imigrantes que chegaram ao País, o fizeram por conta de um acordo internacional, onde o Estado se responsabilizava por todas as despesas decorrentes, desde o transporte até a instalação de colonos na terra designada.

Este acordo subvencionado foi suspenso com o passar dos anos, passando a existir então a imigração espontânea, na qual o papel do Estado era limitado. Fixaram-se na região do Amola Faca, além de poloneses, também imigrantes ucranianos e alemães.

Em 13 de setembro de 1943, por força de decreto federal sancionado pelo presidente Getúlio Vargas, foi criado o Território Federal do Iguaçu. A capital da nova unidade federada passou a ser Laranjeiras do Sul, que naquela época chamava-se Iguaçu, e Virmond passou à jurisdição iguaçuense. Esta situação perdurou até 1946, quando o território do Iguaçu foi extinto e esta área foi reincorporada ao Estado do Paraná.

Pela Lei nº 02, de 10 de outubro de 1947, foi criado o distrito administrativo de Virmond, com território pertencente ao município de Laranjeiras do Sul. Em 17 de maio de 1990, através da Lei Estadual nº 9.250, sancionada pelo Governador Álvaro Dias, o distrito foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Laranjeiras do Sul.

Rica é a história de Virmond, pelo seu passado de glórias que prenuncia sucesso futuro. A emancipação política de Virmond tem demonstrado grandes resultados e por estas razões a Assembleia Legislativa deve associar-se à alegria dos munícipes pela passagem de tão importante data.

REQUERIMENTO Nº 1131

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido

o douto Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Cantagalo, senhor Tércio Granemann Fritz, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, que ocorrerá no dia 12 do mês em curso.

Requer ainda que, da decisão desta Casa seja dada ciência também ao Presidente da Câmara Municipal, vereador Pedro Borelli.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Cantagalo, segundo crença regional, origina-se de antigo pouso de tropeiros, onde, nas frias madrugadas de inverno, se ouvia uníssona cantiga de galos.

Estes tropeiros provocavam grande tráfego e faziam suas pousadas em diversos pontos das estradas, sendo que de um pouso surgiu a primeira formação do que é hoje a cidade de Cantagalo.

O povoado evoluiu na medida em que chegaram inúmeras famílias no local, oriundas principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Cantagalo foi emancipado em 12 de maio de 1982, e de lá para cá busca insistentemente a sua consolidação à custa de muito trabalho e dedicação.

Vários degraus já foram conquistados e outros tantos estão por vir. Por certo as experiências angariadas serão de fundamental importância para superar os obstáculos do futuro, garantindo assim a caminhada que rumo para um futuro promissor.

Este requerimento objetiva incentivar os administradores municipais a manter o município nos trilhos do desenvolvimento.

REQUERIMENTO Nº 1132

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, que ocorrerá no dia 16 do mês em curso.

Requer ainda que, da decisão desta Casa, seja dada ciência também ao vice-prefeito senhor Luiz Witmann e ao Presidente da Câmara Municipal, vereador José Olíbio.

Sala das Sessões, em 02.05.2001

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Nasceu este município pelo fato do gaúcho Avelino Badotti, da cidade de Marcelino Ramos, obter ciência de que o Paraná seria um lugar de grande futuro, e assim deslocou-se de sua cidade em um caminhão movido a gasogênio, com destino a Maringá e influenciado pela propaganda do então Território do Iguaçu, resolveu conhecê-lo.

No lugar denominado Rio das Cobras, Avelino Badotti passou a desenvolver uma vila, vendendo terras a

partir de 1947, a famílias de origens italiana, vindas principalmente da região norte do Rio Grande do Sul.

Nesse lugar foram levantadas inúmeras casas e aos poucos toda a infra-estrutura necessária. Era então o início da cidade de Nova Laranjeiras que obteve sua emancipação política em 16 de maio de 1990, sendo desmembrado do município de Laranjeiras do Sul.

Nova Laranjeira foi palco de uma tragédia inesquecível no dia 13 de julho de 1997, quando um vendaval varreu a cidade, e em minutos foram ao chão, casas e prédios que levaram anos para serem construídos.

Através da mobilização da população, Nova Laranjeiras foi reconstruída, graças à solidariedade que reina e campeia no município e este “reiniciar tudo”, é o alicerce consolidado que impossibilita o surgimento de qualquer fenômeno que possa impedir a cidade de continuar crescendo.

Mahatma Gandhi dizia:

“É o sofrimento, é só o sofrimento que abre no homem a compreensão interior”.

O povo de Nova Laranjeiras sabe bem o que é o sofrimento e por isso conhece as maneiras de superá-lo. Naquele episódio, a solidariedade foi preponderante para enfrentar os amargos dias vividos pelo município.

Pelas razões apresentadas, creio ser obrigação parlamentar registrar o aniversário de Nova Laranjeiras, cumprimentando a aguerrida gente que lá reside.

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, senhor Valdir Martinazzo, com votos de congratulações pela passagem do aniversário do município, que ocorrerá no dia 13 do mês em curso.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência também ao vice-Prefeito senhor Hélio Brunning, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Nelson Pauli.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Residi durante vários anos no município de Catanduvas, e a história da povoação de Três Barras do Paraná está intimamente ligado a Catanduvas, que teve nas famílias Lacerda, Krammer, Pureza e Rodrigues Cunha, seus pioneiros.

O nome do município é uma referência a três rios existentes na localidade, pois os mesmos seguiam quase que paralelamente bem próximos um do outro, até onde formavam três pequenas quedas d'água e fundiam-se em um único curso.

Do Município de Três Barras do Paraná, saíram várias cargas de feijão para saciar a fome de muita gente neste imenso país e fora dele.

O município galgou sucesso planejado criteriosamente e por isso sua expansão foi ordenada. Visitar Três Barras do Paraná e constatar que a emancipação política e administrativa vale a pena quando os dirigentes políticos trabalham com afinco e quando isto ocorre, a população cumpre com a sua parte e reside aí o segredo do desenvolvimento.

A atual administração municipal de Três Barras do Paraná, é um prenúncio de conquistas e realizações afinal, em cem dias de governo, seu Prefeito Municipal senhor Valdir Martinazzo juntamente com o vice-senhor Hélio Brunning, já investiram mais de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) em várias obras melhorando assim a qualidade de vida de seu povo.

Ao registrar esta data importante, a Assembléia Legislativa coloca o município de Três Barras do Paraná em posição de destaque porque ele fez por merecer privilegiada posição.

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Rio Bom, pelo aniversário de emancipação político-administrativa, comemorado no dia 28 do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal senhor Moisés José de Andrade e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Francisco Lino da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Henriche Schellworth, 65 - CEP 86830-000, Rio Bom -Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2001

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1146

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa o envio de votos de congratulações à Rádio CBN, pela passagem no próximo dia 05 de maio, do seu sexto aniversário.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 05 de maio a Rádio CBN estará comemorando seu sexto aniversário.

Com uma programação informativa que a coloca, ao nosso ver, como a mais importante emissora do País, a Rádio CBN, desempenha fundamental papel a toda sociedade.

Nada passa despercebido da atenta equipe de jornalismo da Rádio CBN, cujo noticiário permanente de forma clara e imparcial proporciona toda espécie de informações essenciais para todas as camadas sociais.

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Associação de Recuperação dos Acoólatras de Ivaiporã, alusivo ao seu 20º aniversário comemorado em 28 de abril do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à referida associação através de correspondência a ser enviada à Rua Santa Mariana 120, Jardim Guanabara, 1 - CEP 8687000 - Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Coronel QOPM Aramis Linhares Serpa, alusivo à sua posse no cargo de Comandante do Policiamento da Capital, que ocorrerá no dia 04 de maio do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser enviada à Rua Marechal Floriano Peixoto, 1401 - Quartel do Comando Geral - Curitiba -Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, após ouvido Plenário, votos de congratulações ao município de Santa Terezinha de Itaipu, pela passagem do seu 19º aniversário.

Outrossim, requer que esses votos sejam transmitidos ao senhor Cláudio Dirceu Eberhard, Prefeito Municipal, ao senhor Sideney Baldessar, Presidente da Câmara Municipal e para todos os 18.341 habitantes daquele progressista município de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) RENATO GAUCHO

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao município de Santa Terezinha do Itaipu-PR, alusivos ao 19º aniversário de Emancipação Político - Administrativa do município, que ocorreu no último dia 27 de abril.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Senhor Cláudio Eberhardt, e ao Presidente da Câmara Senhor Sidney Baldessar, através de correspon-

dência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, CEP 85875-000, Santa Terezinha do Itaipu - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1160

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à 3ª Vara Federal Cível da Circunscrição Judiciária de Maringá, alusivos à sua instalação no município de Maringá, que ocorrerá no próximo dia 15 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região Juiz Fábio Bittencourt da Rosa, ao Diretor do Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná Juiz Federal Dirceu de Almeida Soares e ao Diretor do Foro da Circunscrição Judiciária de Maringá Juiz Federal José Jácomo Gime-nes, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida XV de Novembro, 734, CEP 87013-000, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1164

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações à Sociedade Socorro aos Necessitados, pela comemoração de seus 81 anos.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Socorro aos Necessitados, completou 81 anos. É a segunda instituição mais antiga de Curitiba, e atende idosos e carentes. Foi fundada por um grupo de empresários no âmbito da Associação Comercial do Paraná e atualmente são atendidas 360 crianças e 116 idosos da Capital e região metropolitana.

Para manter-se, a Sociedade Socorro aos Necessitados conta com a ajuda da comunidade através de doações em dinheiro ou mesmo alimentos e roupas.

Reconhecida pelo Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, a sociedade mantém o Lar dos Idosos Recanto do Tarumã, a Creche Meu Pequeno Reino e a Escola Maternal Annette Macedo.

A creche e a escola maternal são direcionadas principalmente para filhos de pessoas carentes. Na Creche Meu Pequeno Reino estão matriculadas crianças de 2 a 6 anos e na Escola Maternal Annette Macedo, de seis meses a seis anos.

Pela comemoração de seus gloriosos 81 anos de trabalho e dedicação, receba a Sociedade Socorro aos

Necessitados (Avenida Konrad Adenauer, 675 - Ctba - PR), através de seu Presidente - Ivo Simas Moreira, os votos de congratulações dos Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1165

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Justiça do Trabalho, pela comemoração de seus 60 anos no Paraná.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Justiça do Trabalho está comemorando 60 anos no Estado do Paraná. O número de processos julgados aumenta a cada ano. Em 1994, quando o número de Varas já se situava nos atuais 61, ingressaram 85.778 processos, trabalhistas. Os números de 2000 apontam para 98.262 reclamações - um crescimento de 14,5%. No ano passado as varas julgaram 108.460 ações, o que permitiu reduzir o número de processos pendentes de solução em 15,5%. No TRT o julgamento de 27.274 processos em 2000 foi suficiente para manter o número de ações pendentes na faixa de 12.000.

Nos primeiros anos de sua existência, a Justiça do Trabalho Brasileira era apenas um órgão administrativo do Ministério do Trabalho. Com o passar do tempo ganhou status de autonomia, passando a integrar o Poder Judiciário da União e tornando-se um de seus ramos mais fortes.

A Constituição de 1988 ampliou a abrangência de sua atuação, seguindo-se um período recente em que o Congresso Nacional cogitou extingui-la ou torná-la um apêndice da Justiça Federal. A reforma parcial da Carta Magna modificou sua estrutura, acabando com a representação classista e já existe projeto de lei prevendo a criação de novas Varas. Avanços e retrocessos também ocorreram na legislação do trabalho desde a CLT de 1943. No âmbito processual o fim do século marcou a instituição do rito sumaríssimo que prevê a solução em 15 dias das reclamações que envolvem menos de 40 salários mínimos.

Hoje a Justiça do Trabalho no País estrutura com 1.190 Varas do Trabalho, 24 tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho.

Pela comemoração de seus gloriosos 60 anos no Paraná, receba o Tribunal Regional do Trabalho (Avenida Vicente Machado, 400 - Ctba/PR), através da Doutora Adriana Nucci Paes Cruz, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao

Passeio Público de Curitiba, pela comemoração de seus 115 anos.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Passeio Público de Curitiba está completando hoje 115 anos de existência. Fundado em 1886, o Passeio Público é um marco da nossa história. Não se tem conhecimento de alguém que tenha passado por Curitiba sem ao menos passar em frente a ele.

Localizado no coração da cidade, ali podem ser encontrados aposentados jogando xadrez, ou dama, famílias alimentando os peixes e brincando nos pedalinhos, crianças rindo dos malabarismos dos macacos ou brincando no parquinho, casais namorando, turistas vendo as espécies exóticas de répteis, atletas correndo ou pedalando para manter a forma ou simplesmente jovens tomando um chopp, lendo ou aproveitando a área verde para relaxar.

Nestes longos 115 anos o Passeio Público já mudou de perfil diversas vezes. Já foi ponto de encontro de gente famosa, das primeiras décadas do século XX até o final da década de 60, quando poucas mulheres se arriscavam a ir ao local que era dedicado aos homens. Passou a ser local de trazer a família para lazer nos anos 70. No final dos anos 80 mudou novamente, tornando-se local perigoso e freqüentado por muitas prostitutas e, recentemente, foi revitalizado e voltou a ser freqüentado por pessoas de todas as idades, que buscam diferentes formas de diversão.

O Passeio tem área de 69.285 metros quadrados, boa parte ocupada por 1.900 árvores nativas e exóticas. Entre elas, duas são especiais, uma plátanos com quase um século de vida, e um eucaliptus, com 49 metros de altura. Desde 1997 o Passeio Público abriga uma Companhia da Polícia Militar, o que permitiu a redução do número de ocorrências policiais em 80%. O local já foi palco de vários acontecimentos históricos, como a coroação do Poeta Emiliano Pernetta como "Príncipe dos Poetas Paranaenses" e o primeiro vôo de um balão dirigível por uma mulher - no caso o "Granada", conduzido por Maria Aínda, esposa do Capitão Magalhães Costa. Um outro marco foi o Restaurante do Pasquale, que por 40 anos, foi muito freqüentado por políticos, jornalistas da área esportiva, intelectuais e artistas até o ano de 1997.

Pela comemoração de seus gloriosos 115 anos, receba o Passeio Público, através das administrações (Avenida Paraná, s/n - Centro / Paraná) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Voz do Paraná, pela comemoração de seus 45 anos. Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Voz do Paraná está completando 45 anos. Fundado em 1956 pelos padres Claretianos, foi assumido pelos Irmãos Maristas e pela PUC em 1986. Nessa época o Professor Euro Brandão era Reitor da PUC e Diretor da Voz do Paraná. A proposta do jornal era trazer informações científicas e religiosas.

O jornal circulou com o nome de Atualidade por dez anos. Em 1996 com a aquisição de um espaço de comunicação pelos Irmãos Maristas, chamado Lumen, foi transferida a redação da PUC para o Bairro Pilarzinho.

Durante 15 anos o jornal Voz do Paraná esteve a serviço da Arquidiocese Metropolitana, trazendo inúmeras informações sobre a vida paroquial e religiosa de Curitiba. Antes de 1986 o jornal era considerado como um dos mais importantes veículos de comunicação do nosso Estado. Vários jornalistas de renome passaram por sua redação. A profundidade das matérias e a angulação correta das notícias era seu ponto forte.

Em 2001 quando completa seus 45 anos o jornal volta-se para sua inspiração original e com nova formatação, que atende aos novos anseios de difusão de valores humanísticos e de socialização de experiências de solidariedade.

O Voz do Paraná é mais que um projeto editorial - é uma nova proposta de jornalismo no nosso Estado. Destinado à comunidade acadêmica e científica das instituições de ensino superior do Estado, tem por objetivo criar uma rede de troca de informações sobre as principais atividades de formação superior do Paraná.

Pela comemoração de seus gloriosos 45 anos de fundação, receba o jornal Voz do Paraná (PUC/PR - Avenida Imaculada Conceição, 1115 - Ctbá/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1171

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de votos de congratulações ao jornal Gazeta do Paraná, pela campanha solidária, que vem arrecadando donativos para famílias carentes de Cascavel.

Também em parceria nesta campanha está a Rádio Capital AM e a TV Tarobá.

Requer ainda, que desta decisão, sejam cientificados os respectivos homenageados, nos seguintes endereços, Gazeta do Paraná, Rua Fortunato Bebbler, 868, CEP: 85.808-380, Cx. Postal 413 - Tel. (045) 227-2500; Rádio Capital, Rua Maranhão, 2955, CEP: 85.806-050 - Tel. (045) 226-7733; TV Tarobá, Rua Tarobá, 06. CEP: 85.807-370 - Tel. (045) 220-1100, em Cascavel.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Paraná lançou na última quinta-feira, 26/04/2001, a campanha Gazeta do Paraná Solidária, em conjunto com a Provopar e algumas parcerias como a Rádio Capital e a TV Tarobá.

Com esta campanha que vai durar 40 dias ou seja, termina no dia 03 de junho com uma grande festa de encerramento tem por objetivo, arrecadar roupas, calçados e cobertores para as famílias carentes de Cascavel.

Desta forma, gostaria de parabenizar o Senhor Marcos Formighieri, Diretor do Jornal Gazeta do Paraná, pela grande campanha, o Senhor Valdomiro Cantini, Diretor da Rádio Capital e o Senhor Jorge Luis Fernandes Guirado, Diretor da TV Tarobá, ambos em parceria com a campanha Gazeta do Paraná Solidária, solicitando, para tanto, o voto favorável dos nobres pares, para realizar esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 1149

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de aplausos e congratulações, ao Excelentíssimo Senhor José Ananias dos Santos, Mui Digno prefeito municipal de Guaratuba-PR, extensivos aos seus familiares, secretários, vereadores, autoridades e ao povo em geral pela passagem dos 230 anos de emancipação política, ocorrido nesta data.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Guaratuba, uma das mais lindas cidades do litoral paranaense, completa nesta data 230 anos de emancipação política, dedicados ao turismo, não somente local ou estadual, mas a nível nacional e internacional.

Suas lindas praias decoram o nosso já rico e turístico litoral, com seus comércios já conhecidos nacionalmente, pelas suas artes e belezas, com suas fazendas de cultivo de frutos do mar, como ostras, camarões e outras espécies da fauna marítima, que fazem parte e enriquecem a culinária guaratubana.

Seu Prefeito Municipal José Ananias dos Santos, deu mais vida, alegria, dinamismo à administração municipal, mudando e embelezando ainda mais a cidade de Guaratuba.

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Excelentíssimo Senhor Helder Teófilo dos Santos, Mui Digno Prefeito Municipal de Morretes-PR, extensivos aos seus familiares, secretário, vereadores, autoridades e

ao povo em geral pela realização da VIII Festa Feira Agrícola e Artesanal de Morretes.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Anualmente, acontece na linda cidade de Morretes, a tradicional Festa Feira Agrícola Artesanal onde seus artesãos, artistas, agricultores e pequenos empresários, têm a oportunidade de apresentar seus produtos, frutos de um longa e árdua tarefa no dia a dia de seus afazeres. A cada ano que passa, mais frequentadores, turistas e amantes das artes, costumes e da culinária morreteana, visitam a já tradicional Festa-Feira.

Este ano, já sob o comando do Senhor Helder Teófilo dos Santos, seus familiares e demais colaboradores, está acontecendo a VIII Festa Feira Agrícola Artesanal, muito mais brilhante e completa, que vem deixando o povo morreteano muito alegre e feliz.

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de louvor ao Diário de Guarapuava pelo fato de ser jornal de circulação regional que sempre e regularmente publica matérias atinentes aos índios e as comunidades indígenas paranaenses, na defesa de sua organização e desenvolvimento sociais, costumes, crenças e tradições.

O expediente que comunicar a concessão do voto deverá ser remetido à Editora Jornalística de Guarapuava Ltda, na pessoa do Diretor André Guarienti Almeida e dirigido à sede localizada em Guarapuava-PR, à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1998, CEP: 85.010.130.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente voto de louvor ao Diário de Guarapuava, tem justificativa no fato de que esse excelente jornal de circulação regional sempre apresentou matérias sobre os índios e do interesse das comunidades indígenas.

Na sua edição nº 600, de 20 de abril de 2.001, inclusive, reiterou o compromisso permanente com a causa, afirmando o seu competente jornalista Manoel Godoy taxativamente o seguinte: "Lembramos a questão indígena não apenas no dia 19 de abril. O assunto merece reflexão e ação cotidianas".

REQUERIMENTO Nº 1116

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignada na Ata dos trabalhos do dia desta Assembléia, moção de aplausos à Reitoria da Unioeste, professora Liana Fuga, o vice-Reitor Wilson Scuissati e a Diretoria do Campus de Foz do Iguaçu, Idvani Valéria Sena de Souza Grasbaschi.

Os avanços e a consolidação da universidade, têm sido uma batalha constante da equipe que ora está a frente da Unioeste e que já está rendendo inestimáveis benefícios para a população da região. A eles nosso respeito, colaboração e votos de mais sucessos.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Justus, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão no Programa Estradas Rurais-Caminhos da Educação e da Produção, a pavimentação asfáltica da Estrada Riviera, no Distrito de Ferraria, Município de Campo Largo, trecho com extensão de 5 Km, de conformidade com o croqui em anexo.

Sala das Sessões em 02.05.2001.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Por se tratar de um distrito que se desenvolveu ao longo de sua existência, graças a dedicação e trabalho de sua gente, que soube muito bem transformar a grande área territorial, numa das mais pujantes na produção agrícola em minifúndios, e com isso despertou interesse que fez o pequeno povoado crescer e se tornar no grande e desenvolvido distrito.

Objetivando assegurar o transporte rápido e seguro das pessoas aos serviços médicos-hospitalares e da educação, bem como, oferecer melhores condições de escoamento da ainda grande produção agrícola, solicitamos o atendimento na construção desta rodovia.

REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos senhores senadores e deputados federais da Bancada paranaense, no sentido de estudarem a possibilidade do engajamento em Projeto objetivando a redução da alíquota sobre o Impostos de Renda da pessoa física.

Sala das Sessões em 02.05.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Imposto de Renda da pessoa física e uma disparidade com o de pessoas jurídicas. Enquanto a tabela do Imposto da pessoa jurídica caiu de 25% para 15% desde alguns anos, o da pessoa física continua com a alíquota altíssima provocando diversas disparidades existentes no modelo atual, onerando principalmente a população de baixa renda, que afeta os assalariados e pequenos contribuintes, agravando sensivelmente a injustiça social.

Para que prevaleça o respeito integral ao contribuinte de menor poder aquisitivo, sem as transgressões

que possam denegrir a imagem do contribuinte como pessoa jurídica, confiamos nos nossos representantes no Congresso Nacional, em que nas etapas subseqüentes poderão recolher subsídios suficientes para resultados dessa batalha, cujo assunto é o foco de nossas preocupações.

REQUERIMENTO Nº 1112

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wagner Luiz do Nascimento, Diretor Instituto Médico Legal do Paraná, solicitando providências urgentes da direção do IML para que não condicione a liberação de corpos, de pessoas residentes na Região Metropolitana de Curitiba, às normas das funerárias de Curitiba, tendo em vista que o respectivo Instituto é Estadual, e a norma jurídica municipal não alcança outros municípios.

Justifica-se tal solicitação para que as famílias enlutadas da Região Metropolitana de Curitiba, quando da providência do sepultamento de seu ente querido, não estejam sujeitos à normas do Município de Curitiba, vez que o IML é vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná.

Deve-se observar o fundamental direito das famílias contratar livremente as empresas de sua preferência, para sepultamentos, constituindo-se os últimos acontecimentos que envolvem funerárias de Curitiba, inaceitáveis para o cidadão, tanto da Capital, como da Região Metropolitana de Curitiba, motivo pelo qual, emergencialmente solicitamos providências do IML.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1115

Senhor presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, seja enviada correspondência ao Secretário de Estado do Governo, José Cid Campêlo Filho, solicitando ao mesmo providências no sentido de apoiar a Prefeitura Municipal de Porecatu que teve sequestrados judicialmente valores destinados ao pagamento de professores da rede pública.

A Prefeitura tem precatórios atrasados desde 20 de dezembro de 1977 e a atual administração está tentando equacionar o problema para custear esse débito sem deixar de pagar os salários dos professores da rede municipal. Contudo, com esse sequestro judicial de valores, para pagamento de três precatórios, a situação se agravou e os professores estão com salário atrasados, criando impasse que deve ser resolvido em caráter de urgência.

Sala das Sessões em 02.05.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Transportes, Deputado Nelson Justus, solicitando o recapeamento da PR-886 que liga a BR-373 ao Município de Santa Izabel d'Oeste.

Justifica-se a solicitação, tendo em vista que a Rodovia PR 886 no trecho acima citado, está em precárias condições de tráfego o que vem dificultando o escoamento da produção agrícola de nosso Estado e colocando em risco a segurança dos que nela transitam.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1144/A

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Maria Rute Santos, residente à Rua D nº 162 - Vila Prado - Jardim Nova Morada, que solicita a troca de lâmpada queimada do poste sito na Quadra 1 - Vila Nova Morada e na rua em que reside, em frente ao nº 137.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes Senhor Nelson Justus, solicitando em caráter de urgência a pavimentação com pedras irregulares do trecho de 7 km (sete quilômetros), concluindo a ligação do distrito de Planalto a cidade de Nova Santa Rosa.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a Secretaria de Estado dos Transportes ter concluído 08 km (oito quilômetros) da referida pavimentação, ou seja, a obra está inacabada. Os agricultores que se deslocam do distrito de Planalto a cidade de Nova Santa Rosa continuam com problemas de locomoção. A situação se agrava nos dias de chuva, quando é constante a formação de atoleiro no trecho de 07 km (sete quilômetros), que falta ser pavimentado com pedras irregulares.

A conclusão total dos 13 km irá auxiliar de forma significativa e direta no escoamento da produção agropecuária da região, beneficiando ainda diretamente centenas de produtores rurais. Além disso, o distrito possui

várias empresas do ramo de cerâmica em atividade, que também encontram problemas no escoamento da produção da localidade para cidade de Nova Santa Rosa e municípios vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos deputados federais e senadores do Estado do Paraná, solicitando a união de esforços visando o estabelecimento definitivo no Brasil de uma política agrícola que garanta preços mínimos para os produtos agrícolas.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação de um pedido de Câmara Municipal de Maripá.

O Brasil está retomando o seu desenvolvimento econômico, isso graças ao êxito de muitos direcionamentos preconizados pelo Plano Real, após vencida a batalha contra a inflação.

Se essa é uma realidade, é necessário destacar o grande suporte para o êxito do Plano Real foi a próxima agricultura, cujo setor teve os preços dos produtos congelados por extenso período, sofrendo uma descapitalização sem precedentes.

Hoje estamos diante de uma realidade altamente condenável, pois está ocorrendo uma das maiores safras de todos os tempos, enquanto o preço dos produtos agrícolas despencam.

Traçando um paralelo histórico abrangendo os anos de vigência do Plano Real, os insumos agrícolas sofreram correções sistemáticas, sempre com argumento de que os mesmos estariam atrelados à variação cambial.

Para citar um exemplo, o preço do milho na época do plantio da presente safra, girava em torno de R\$12,00 (doze reais) a saca. Agora, após a colheita, aliás altamente produtiva o preço despencou para R\$7,00 (sete reais) a saca, frustrando totalmente o esforço dos nossos agricultores.

Na questão da soja, cujo produto depende mais especificamente do mercado internacional, nota-se que tal efeito também se faz sentir se verificarmos que os preços caíram sobremaneira no início da colheita.

Portanto, é insuportável essa realidade para com a agricultura nacional, grande alavanca da economia brasileira, mas que gradativamente vai caminhando para a inviabilização total por falta de uma política de preços estáveis, diferentemente do que ocorre nos países europeus e dos Estados Unidos da América, onde existem subsídios específicos para garantir preços justos aos produtos agrícolas.

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná - FAEP, Senhor Ágide Meneguetti, solicitando a título de sugestão, a realização de reuniões com proprietários rurais nos municípios que abragem a região oeste do Paraná, objetivando esclarecer sobre os benefícios que a Contribuição Sindical Rural traz para os produtores.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação de um pedido da Associação de Câmaras e Vereadores do Oeste do Paraná - Acamop.

O presente requerimento deve-se ao fato de que vários proprietários rurais, independentes de possuírem ou não empregados, receberam recentemente uma notificação para liquidação de débitos, sem ao menos terem conhecimento do que se trata.

Esta cobrança da contribuição é constitucional e ressaltamos que os proprietários não estão se negando a pagar, somente pedem para serem esclarecidos sobre os benefícios de que poderão usufruir.

REQUERIMENTO Nº 1144/B

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Valda da Costa Rosa, residente à Rua São Gabriel nº 206 - jardim Monte Santo, que pede a passagem da máquina nas ruas o Jardim Arco Iris, tendo em vista que as mesmas encontram-se repletas de valetas, tornado-as intransitáveis.

Domingo próximo passado, ela foi visitar parentes no Jardim Arco Iris e foi obrigada a deixar seu veículo na Av. Anita Garibaldi a fim de evitar algum acidente nas valetas das ruas. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657.8637.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Senhora Luci Cléia Ferreira Feliciano, residente à Rua Jorge Bonfim Alcântara nº 140 - Bairro Cachoeira, que solicita a troca de 02 (duas) lâmpadas queimadas dos postes em frente a sua residência. Se

necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 657-5144.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1145/A

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido do Senhor Hilário Moreira Lima, residente à Rua Jerônimo Alberti nº 62 - Jardim Mediterrâneo, que pede a implantação de iluminação pública na rua em que reside, a partir de sua residência, mais ou menos uns 300 metros. O último poste fica em frente à sua residência e o restante da rua fica muito escuro à noite. Como o local é muito perigoso, ele faz tal pedido. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 621.1632.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1148

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao Reitor da Universidade Estadual de Maringá - Uem, solicitando que preste informações a respeito da folha de pagamento daquela universidade, discriminando nome de funcionários, salários e eventuais bonificações ou abonos.

Sala das Sessões, em 02.05.2001

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda Senhor Ingo Hubert, solicitando a permanência da Agência de Rendas em Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA

A Agência de Rendas de Marechal Cândido Rondon é um dos órgãos com abrangência regional, atuando sobre os municípios de Nova Santa Rosa, Santa Helena, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Mercedes e Quatro Pontes, sendo um órgão que muito contribui para projetar o município na região, além de que diariamente pessoas se deslocam para Marechal Cândido Rondon a fim de utilizar os serviços realizados pela Agência e aproveitam a permanência para realizar negócios no comércio local.

Com o fechamento da Agência de Rendas de Marechal Cândido Rondon os trabalhos terão que ser rea-

lizados na Agência de Toledo, trazendo transtornos para a classe empresarial.

A permanência da Agência de Rendas de Marechal Cândido Rondon não é só anseio da comunidade rondonense, mas sim de toda a região de sua atuação

REQUERIMENTO Nº 1109

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado pedido de informações ao Doutor Ingo Hubert, digníssimo presidente da Copel, a fim de que esclareça a esta Casa de Leis o seguinte:

1. se houve alguma forma de aplicação de recursos da Copel na empresa maranhense Usimar - Componentes Automotivo.

2. Em caso afirmativo, qual o valor do investimento?

3. Ainda, no caso de ter havido investimento, esses recursos continuam aplicados na Usimar?

4. A Copel investiu também em outros projetos da Sudam, como a hidrelétrica Eduardo Magalhães, no Tocantins; no projeto agropecuário Nova Holanda, no Pará; e no programa Tenusa, no Mato Grosso?

5. Se investiu, esses projetos estão ou não regulares?

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Usimar está sendo acusada como uma das principais envolvidas no escândalo de desvio de verbas da Sudam. No final do ano passado, a imprensa divulgou que a Copel teria feito investimentos de elevada monta na mencionada empresa maranhense, ocasião em que, o então presidente da Copel, assegurou que iria informar-se a respeito e, caso houvesse indícios de irregularidades, os recursos seriam retirados.

Entretanto, até o momento, nada foi divulgado sobre as mencionadas investigações, o que motiva o presente pedido de informações.

REQUERIMENTO Nº 1172

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Senhor Jaime Lerner, governador do Estado, solicitando informações complementares a Comissão Especial de Investigação da Sanepar.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1161

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do editorial publicado na coluna Opinião do jornal Gazeta do Povo, do dia 03 de abril de 2001, sob o título “O Paraná e os recursos do pólo automotivo”.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente, ao jornal Gazeta do Povo e ao Excelentíssimo Governador do Estado, Senhor Jaime Lerner.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 153/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os Institutos Médicos Legais - IML's, no Estado do Paraná, vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e demais estabelecimentos congêneres, darão livre acesso às empresas funerárias e de cemitérios de todos os municípios do Paraná.

Art. 2º - As Prefeituras da Região Metropolitana de Curitiba - RMC, poderão, através dos respectivos serviços de funeral e de cemitérios, ter o direito de credenciamento de funcionários nos referidos órgãos, para liberação dos corpos originários dos citados municípios, obedecendo a vontade e preferência dos familiares.

Art. 3º - Ressalva-se o direito da Prefeitura Municipal de Curitiba em manter os seus serviços funerários, com os seus regulamentos municipais.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Os familiares dos falecidos que se encontram nos Institutos Médicos Legais e demais estabelecimentos congêneres no Estado do Paraná têm o direito de escolher as funerárias e os cemitérios de suas preferências.

Ocorre que nos últimos dias a imprensa vem dando destaque às discussões dos familiares dos defuntos nos referidos órgãos públicos, especialmente porque querem ter o direito de escolher a funerária e o cemitério de suas preferências.

O Poder Público não pode ficar alheio aos reclamos da população e a Assembléia Legislativa do Paraná deve tomar a iniciativa para minorar os protestos dessa camada, que, numa hora difícil como esta, deve ser prontamente atendida.

Tomamos então a iniciativa para colocar em discussão essa matéria, objetivando alcançar um consenso para se colocar um ponto final nessa questão.

Importante ressaltar que o presente projeto de lei respeita os interesses da Prefeitura Municipal de Curitiba, no que concerne à matéria, mas coloca também os interesses de todas as prefeituras, familiares dos falecidos e as empresas de funerárias e de cemitérios.

PROJETO DE LEI Nº 154/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação da Terceira Idade São Francisco de Assis no município de Pato Branco - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Associação da Terceira Idade São Francisco de Assis, oferece atividades dançantes dominicalmente com brincadeiras, jogos de baralho, dominó entre outros, aos idosos. Ainda costuma fazer viagens para cidades próximas em encontros realizados por outros grupos de idosos, passam o dia em águas minerais, fazem pic-nics, além de participações religiosas como missas e cultos.

A declaração de Utilidade Pública permitirá a associação buscar recursos em outras instâncias públicas para poder permanecer promovendo suas atividades e beneficiando seus associados.

PROJETO DE LEI Nº 155/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Instituto Médico Legal - IML do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná, observará os seguintes critérios para liberação de cadáver, para sepultamento:

I - Após autopsiar o cadáver, o Instituto procederá à liberação do mesmo à família enlutada para providenciar o sepultamento, garantindo-se a livre escolha do serviço funerário, conforme melhor lhes convir;

II - o Instituto Médico Legal manterá a disposição da comunidade uma listagem completa de funerárias, devidamente credenciadas para realização de serviços funerários, para facilitar a livre escolha, quando da contratação dos referidos serviços;

III - a listagem de que trata o inciso anterior servirá apenas como referência para orientação à comunidade, tendo o usuário o direito de contratar qualquer serviço, de

acordo com a sua opção, ficando vedada qualquer imposição para firmação de contrato.

Art. 2º - As normas municipais estabelecidas a respeito do assunto de que trata esta lei, deverão ser informadas ao Instituto Médico Legal do Estado do Paraná, que poderá contribuir com os municípios, desde que nenhuma norma disponha contrariamente a esta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.05.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, Sérgio Spada, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A polêmica gerada a partir da regulamentação de prestação de serviços funerários no Município de Curitiba, acabou por causar sérios prejuízos e confusões para inúmeras famílias residentes nos municípios da Região Metropolitana, em momentos considerados mais difíceis para todos, quando se perde um ente querido.

Com a imposição de um sistema de rodízio para atendimento funerário, criou-se muita dificuldade para a liberação de cadáver no Instituto Médico Legal de Curitiba, cujas normas municipais estão alcançando outras municipalidades, e até impondo critérios a serem seguidos por um instituto estadual, tudo isso, indiscutivelmente normas inconstitucionais.

Diante da polêmica e dos freqüentes escândalos a que o setor funerário foi submetido, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, fez publicar a Portaria nº 06/2001, no Diário Oficial nº 030, de 19 de abril de 2001, assegurando no item 2 que: "Em se tratando de pessoas falecidas em Curitiba, mas com domicílio em outro município, os serviços funerários, por conveniência das famílias enlutadas, poderão ser realizados tanto pelas permissionárias do serviço público municipal como por funerária da cidade de domicílio do falecido."

O Município de Curitiba, pode estabelecer norma jurídica somente ao alcance do seu território, sendo flagrantemente inconstitucional tudo que fixar além de sua competência.

Como se não bastasse a inconstitucionalidade da intervenção de norma curitibana em municípios metropolitanos, é fundamental que se respeite o direito de escolha da empresa de preferência da família enlutada.

Assim, surge o presente projeto de lei, com o escopo de estabelecer critérios a serem observados pelo IML do Paraná, órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Governo Estadual, a fim de que se encerre a polêmica interferência de legislação municipal no âmbito estadual, bem como se garanta obediência às regras de relações de consumo, permitindo a livre contratação dos serviços funerários quando necessário.

Importante ainda, é salientar a proximidade dos municípios da Região Metropolitana, não de Curitiba, mas de outros centros urbanos, motivo pelo qual é indispensável garantir a livre contratação, não só de empresas estabelecidas no mesmo domicílio do falecido, mas em qualquer outra região do Estado.

Diante do exposto, contando com o indispensável apoio dos nobres pares para aprovação desta importante contribuição ao povo paranaense, renovo meu protesto de elevada estima e distinta consideração.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Estamos desde a semana passada com um fato novo que veio mostrar ao Paraná o outro lado da moeda do governo. Não bastasse a questão relacionada à Copel, tivemos a semana passada, revelações feitas no 4º andar do Palácio Iguaçu, com referências a "grampo" de alguns secretários de Estado, de alguns senhores parlamentares, do Senador da República, Roberto Requião, e do Deputado candidato a Prefeito de Curitiba, Ângelo Vanhoni.

No depoimento feito na polícia, de um dos principais envolvidos, quando ele lá compareceu, testemunhou uma vez mais, através do seu depoimento, que tem à frente o Governo do Estado do Paraná, em ramificações feitas como "grampo" ali efetuado.

O deputado presidente da Comissão da Telefonia desta Casa, que tinha o intuito de verificar como o sistema telefônico e principalmente o meio de comunicação do Paraná poderia ser melhorado, mudou de direção e veio de encontro à razão, para apresentarmos ao Paraná a verdadeira face dos fatos acontecidos.

E não poderia, senhora deputada e senhores deputados, neste momento, dizer que o Presidente, Deputado Hermas Brandão, com uma decisão realmente pessoal, sua, mas que representa o pensamento de todos nós, fez com que a imprensa do Paraná transcrevesse esse pensamento, que exige uma transparência neste fato que foi levado ao público.

Sua Excelência o Presidente Hermas Brandão fala em alto e bom som de que, quem não deve, não teme, e que as averiguações deveriam ainda ser incentivadas por parte do Governo do Estado e nunca fazendo com que aquilo que ilustre Deputado, membro, Algaci Tulio, quando se referia ao chefe da Casa Militar, o seu não comparecimento numa destas reuniões desta Comissão, fazendo com que a finalidade da implantação desta Comissão não seria a de "grampos" no Paraná. E Sua Excelência o Presidente Hermas Brandão, falando aos jornalistas presentes e transcrito em diversos jornais do Estado, aonde a frase "quem não deve, não teme", nós acreditamos que na próxima reunião, Deputado Algaci Tulio, aqui estará o chefe da Casa Militar, porque não

seria de outra maneira que não esta, já na expressão do presidente e na ação do governo, a presença daqueles que são citados, nominalmente, que aqui compareçam. Não só ele, mas também Gerson Guellmann e outros que serão nominados no decorrer das ações a serem desenvolvidas.

Acredito e tenho certeza absoluta, quando falam do Governador Jaime Lerner, que a sua índole não permite que fatos desses acontecessem, mas aconteceram. E nós queremos saber de agora em diante, a condição pela qual Sua Excelência o governador, nas ramificações que serão identificadas, se não chega até a sua pessoa, temos a certeza absoluta de que alguma coisa existe nos porões do Palácio Iguazu, que não querem que o Paraná inteiro saiba. E nós queremos, através da Comissão que representa todos nós desta Casa, o mesmo pensamento do presidente: “quem não deve, não teme”. Que compareçam as pessoas, que se esclareçam os fatos, e nós teremos a realidade do “grampo” do Paraná apresentada.

Dizem que as provas de escutas telefônicas, de outras ramificações feitas pelo perito que realizava isso, e ainda mais, com interferência do cabo e do soldado da Polícia Militar. Queremos ver também, que patentes maiores, Deputado Pessuti, não estão relacionadas com o “grampo” do Palácio Iguazu.

Tenho certeza absoluta, que a posição do Presidente Hermas Brandão, a nossa posição de esclarecimento e de comparecimento, a todos aqueles que serão nominalmente citados nesta nossa Comissão.

Obrigado presidente!

Obrigado, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Nesta semana que estamos transcorrendo e na semana passada, pela televisão, pelo rádio, pelos jornais, foi trazida à discussão de todos nós, a questão do racionamento da energia elétrica, a que deverão ser submetidas as residências, não só do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, da Bahia, mas principalmente as residências de todo o País.

De certa forma, senhor presidente, isso me causou uma preocupação, porque a proposta de racionamento de energia de 20% vem justamente no caso nosso, do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no momento em que, não por nossa vontade, mas por uma determinação das condições climáticas, vai acontecer um aumento no consumo de energia.

Todos nós sabemos que com entrada do período de frio, do inverno, os Estados da região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos nós sabemos que a temperatura nessa época é baixa, e com certeza o chuveiro que está regulado para “verão” vai para “inverno”.

Existe a necessidade, senhor presidente, de permanecer com as luzes muitas vezes acesa por mais tempo, porque escurece mais cedo e clareia mais tarde.

Aquecimento: quantas e quantas casas têm o aquecimento do ambiente, seja por um sistema de calefação, apropriado ou os próprios aquecedores elétricos. Os hospitais, os asilos, as creches, terão que se utilizar de aquecimento, ou então as crianças, os idosos, os enfermos, vão passar frio.

A proposta de racionamento de energia elétrica a partir do primeiro de junho, não cabe evidentemente para os nossos Estados, se isso acontece conosco aqui, certamente já não é o que acontece em outros Estados.

Lá no Rio de Janeiro, na Bahia, em Brasília, no Nordeste, onde eles ficam o dia inteiro com o refrigerador de ar ligado, já não terão que utilizar-se do refrigerador.

Nos hospitais, onde eles utilizam também o ar condicionado, nos asilos que seja, nas creches, também não terão que fazer, porque lá o inverno deles leva a temperatura para uma condição suportável sem esses instrumentos de apoio.

Vejam por exemplo, no caso nosso aqui da região Sul. Nesta época, normalmente chove mais, o tempo fica mais encoberto, e muitas das roupas que as donas de casa e todos aqueles que se dedicam a lavar roupa, e a secar em um varal, já não poderão ser feitos desta forma, porque o tempo é mais chuvoso, o tempo encoberto não vai permitir que roupas sequem nos varais; terão que se utilizar de secadoras, e aí o consumo aumentará.

Pode parecer uma coisa muito simples, pode parecer uma coisa até desnecessária, que nos manifestemos a esse respeito, mas o Paraná terá que se submeter a um sacrifício maior do que os outros Estados, porque, justamente na hora em que obrigatoriamente o nosso consumo aumenta, nós vamos ter que nos submeter a um racionamento de pelo menos 20%.

Até seria justo, senhor presidente, senhores deputados, se o Paraná não produzisse toda a energia que precisa. O Paraná é auto-suficiente na geração de energia, na transmissão e na distribuição. O Paraná realizou todos os investimentos que foi preciso para gerar energia em abundância. E agora de novo, o Paraná, que perde todos os dias milhares e milhões de reais, por não receber o ICMS da energia que é vendida para outros Estados, se obriga o Paraná e a sua gente, que fez todo esse sacrifício, que fez todo esse investimento para que aqui e em outros lugares do Brasil, não faltasse energia. Tem agora o Paraná que se submeter ao racionamento.

Eu até admitiria senhor presidente, senhores deputados, que ao Paraná, pela sua condição privilegiada na geração, transmissão e distribuição de energia, fosse estabelecido que não se gastasse mais do que se gastou, por exemplo, no mês de março. Que se estipulasse este parâmetro para o Estado do Paraná.

Mas, obrigar a nós a economizar mais 20% no momento em que vamos gastar talvez 20% a mais, é

impor sacrifício, porque enquanto nós aqui teremos que nos privar, de repente, de um consumo de 40% da energia que precisávamos, em outros Estados da Federação, pela sua condição especial de clima, não precisarão eles se submeter a nenhum sacrifício.

Fez o povo do Paraná o sacrifício de investir pesado, os recursos para ter a energia gerada, transmitida, e distribuída.

E agora, mais uma vez, o governo federal, através da Aneel, através do órgão gerador, vem impor este pesado sacrifício ao Paraná.

Por essa razão, senhor presidente, senhores deputados, vamos elaborar no decorrer desta semana e da semana que vêm, um expediente endereçado às autoridades federais, no sentido de que revejam este plano de racionamento endereçado ao Paraná, porque repito, justamente neste período nós teremos necessidade de consumir mais energia, o frio nos obriga a ligar o chuveiro quente. Teremos que usar mais energia, porque não dará para secar a roupa nos varais, terá que ser no aquecedor, em secadoras. Não dá para ficar sem o aquecimento nas creches, nos Hospitais, nos asilos. A iluminação pública terá que ser acesa “antes” e desligada “depois”, porque as noites tem um período maior e a questão da segurança pública estabelece que a energia se faça presente, a iluminação se faça presente no momento em que se estabelecer a escuridão.

Por essa razão, senhor presidente, é que nós fazemos esse pronunciamento, demonstrando que o Paraná produz o que precisa e além disto praticamente quase que um terço, 20% daquilo que ele consome aqui, ele manda para outros Estados através dos compromissos firmados dentro deste acordo nacional que estabelece praticamente uma condição de reservatório único na região sul-sudeste e isto tudo demonstrado está, senhor presidente, no balanço geral da Copel, que foi publicado no dia 14.03, páginas 8 e seguintes, deste ano.

Era este o pronunciamento que tínhamos que fazer e lamentar que mais uma vez o Paraná sofra as consequências, apesar de já ter feito sua tarefa feito o seu dever de casa quando construiu as usinas, construiu as redes de transmissão e de distribuição de energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a tribuna falar dos acontecimentos de ontem e que estão ainda acontecendo na Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Ontem estivemos com milhares de trabalhadores sem-terra e figuras exponenciais do mundo todo como o prêmio Nobel... na inauguração do monumento em memória de Antonio Tavares Pereira que foi assassinado

ao lado da BR-277, quando faziam a caminhada de Ponta Grossa até Curitiba.

Quero dizer, deputados, que companheiros no meu entendimento são aqueles que se sentam à mesa para repartir o pão conquistado, com o suor do próprio rosto, mas a vida de Antonio Tavares Pereira foi além desse companheirismo, porque derramando o seu sangue ao lado da rodovia, fez com que este próprio sangue se transformasse na genialidade de Oscar Niemayer num belíssimo monumento que vai ficar para sempre como uma testemunha de concreto contra a violência que ainda se pratica, praticamente todos os dias, aqui neste País.

O mundo todo clama pela reforma agrária.

Todas as Nações praticamente a fizeram só que, aqui no Brasil, a classe dominante ainda não foi convencida a colaborar na reforma agrária que deve ser feita de maneira verdadeira, porque como Lerner quer fazer e ainda a televisão mostrou agora há pouco o fracasso lá na cidade de Astorga, não convence a ninguém negar um pedacinho de terra onde a própria sustentação familiar não se obtém com a presença desse grupo de pessoas, isto não é fazer reforma agrária, esta é mais uma jogada daqueles que na realidade não querem que o mundo seja transformado.

Então é preciso que haja a organização popular e a mobilização popular. Aí sim, organizando o povo e mobilizando, nós vamos alcançar alguma coisa significativa.

E veja bem, uma das palavras de ordem de todas essas personalidades que aqui se encontram, aliadas, para dar força, sustentação e credibilidade ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é muito interessante. Se bate mais uma vez, senhor presidente, no Fundo Monetário Internacional. Fora, FMI!

Gostaria de dizer os seguinte: nos últimos anos, cem milhões de pessoas deixaram de viver na pobreza. Mas, de onde saíram esses milhões de pessoas, que saíram da pobreza e escalaram socialmente? Na República Popular da China! Todo mundo sabe que a República Popular da China não aceita os métodos impostos pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial.

Nós estamos, aqui, na esteira do Fundo Monetário Internacional, a Argentina, a América Latina e nós, subjugados. Os povos que voltam as costas ao Fundo Monetário Internacional, a essa política do capitalismo, reciclados, para fazer a manutenção daqueles que sempre foram os detentores da propriedade e da renda, não vão nesse mesmo caminho. Quem abandona o FMI, progride. Quem fica com o FMI, fracassa.

Esse tribunal que está trabalhando nesse momento, para julgar os crimes praticados pelo latifúndio, não é um tribunal de excessão, é um tribunal de opinião. É preciso que os governantes, estejam onde estiverem, saibam que o povo organizado, os amantes da democracia e da liberdade no mundo todo, estão olhando para aquilo que acontece em todos os cantos.

Aqui temos um governo que gasta milhões de reais, praticamente, para fazer a sua propaganda, a anti-

propaganda daquilo que existe na realidade no Estado do Paraná. A presença de um tribunal, que não tem o poder de condenar judicialmente ninguém, mas é ético e moral e vai inibir a ação de governantes como esses no Paraná, que não tem dedicado a atenção mínima necessária ao drama que se multiplica todos os dias, em milhares de propriedades, aqui no Estado do Paraná.

Enquanto isso, a classe dominante, os latifundiários, aqueles que são os detentores da terra, muitas vezes improdutivo, continuam impondo a sua vontade. Mas ela cada vez fica mais fraca, porque o povo organizado e mobilizado em todos os cantos do mundo, dando o seu testemunho, falando com a sua própria presença, fazem com que esse movimento cresça daqui para a frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Venho à tribuna, para falar, nesta Casa de Leis, especialmente ao Deputado Tony Garcia, que é presidente da CPI que investiga a questão da Telepar

Hoje pela manhã eu dizia ao Deputado Tony Garcia, que é presidente desta Comissão, para que usasse toda a força que a CPI possui. A Assembléia Legislativa, sob hipótese alguma, pode transformar a CPI em uma coisa banal. E nós já passamos por perto disso. Encerramos algumas CPI's, com as quais não tínhamos a menor possibilidade de chegar a fato algum. E perante a opinião pública, perante a imprensa, perante aqueles que ficam a cuidar do que acontece nessa Casa, que é uma casa de representação popular, a CPI acaba se tornando num instrumento, muitas vezes por questão regimental, apenas para preencher o espaço de 5 comissões que estão em andamento. Mas essa CPI da Telefonia que foi mais uma daquelas que, por indicação da Bancada do Governo deveria gastar o tempo de uma CPI apenas para evitar que a CPI da Copel-Sercomtel, que a CPI dos Jogos da Natureza, ou que a CPI do Pedágio tomou conotação de maior gravidade.

E vejo que hoje, no Paraná, como um todo, o que mais se comenta é sobre o grampo telefônico. Ora, houve até a tentativa de desqualificar a questão da escuta telefônica, do caso da CPI da Telefonia, ora, eu não sei porque há CPI sobre Telefone, se você não puder, sobre ela, avaliar o grampo, ou contas, ou porventura alguma ligação que não tenha sido feita ou coisa que o valha.

Mas tenho visto também, e aí a minha preocupação, por causa das conotações que esta CPI tomou, em determinados momentos há a possibilidade que as pessoas não compareçam no depoimento de CPI. E olha as CPI's estão descritas nos seus Poderes, na Constituição Federal, dizendo: "As Comissões Parlamentares de Inquérito que terão poderes de investigações próprios das

autoridades judiciais além de outros previstos no Regimento respectivo da Casa, serão criados pela Câmara Federal e assim por diante".

Na Constituição do Estado do Paraná consta: - "As Comissões Parlamentares de Inquérito do Estado do Paraná terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

No Regimento Interno esta escrito: - "As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal, entre tantas outras atribuições que cabem à CPI."

Portanto que não venham funcionários do governo, negar-se de depor à CPI e aí que eu digo que está muito na força do presidente da CPI, Deputado Tony Garcia, não tem história de: - "Não venho". A pessoa não é convidada a vir na CPI, a pessoa é intimada a vir na CPI, ela não tem que não vem, ela poderá justificar, eventualmente, quando um motivo de força maior, uma causa relevante, uma doença ou algo parecido, pedir transferência, mas tem que vir depor.

A CPI é um instrumento talvez mais importante, é a maior conquista que o Legislativo pode ter. Nós podemos perceber, inclusive, quando da passagem por aqui da CPI do Narcotráfico, que até mesmo determinadas alegações que não foram comprovadas, no seu final, que não fizeram parte do relatório final, foram levadas a termo, durante a CPI: Não tem o "Não quero, não vou!".

Por exemplo, houve a citação aqui nesta CPI, que tenha sido a mando do Senhor Gerson Guelmann, ora, não tem razão nenhuma e não tem prerrogativa nenhuma para que este cidadão não venha depor, e não vem a convite, vem intimado!

O Coronel Vieira, que é chefe da Casa Militar aliás, que tramita por esta Casa um projeto de lei dizendo que quem foi para a reserva não pode ser reconvocado, e é exatamente o caso dele, não tem que alegar o fato de ser militar ou não ser militar, se for convocado para depor na CPI tem que vir depor na CPI, e se não vier pode ser conduzido, o termo "sob vara" no sentido de acompanhado, buscado pela polícia para depor, porque eu fico impressionado com o que está acontecendo na questão de grampo, os "grampos" telefônicos foram feitos para secretários de Estado, até em Secretarias de Estado, o grau de desconfiança, a falta de unidade administrativa que levou o Paraná a este caos e tão grande que os próprios secretários que estão sendo "grampeados" por pessoas do governo.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

O que me impressionou neste final de semana, Deputado Caíto, foi que os telefonemas do Deputado Valdir Rossoni, líder do Governo foram grampeados, o telefone do Deputado Hermas Brandão foi grampeado, então, eu não entendo quem é que está por trás disso. Fiquei apavorado quando li a "Gazeta do Povo" e vi os telefones ali, comecei a conferir telefones, etc... e senti

assim uma profunda depressão de saber que o Deputado Valdir Rossoni deu a vida nesse Parlamento, lutou, e a maioria dos telefonemas eram do Deputado Valdir Rossoni. Então, eu pergunto: quem tem interesse em grampear o Deputado Plauto, outros deputados aqui, eu confesso ao senhor, Deputado Caíto, eu não entendo quem é que está por trás desses grampos. Qual o objetivo de se grampear o Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, e esse Parlamento.

Confesso a vocês que hoje foi feita uma varredura, entendeu? E a gente tem que ficar se cuidando. Quer dizer, não devo nada a ninguém, não estou preocupado se está grampeado ou não, mas acho isso aí um desrespeito muito grande ao Parlamento do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Concordo com Vossa Excelência, não sei se do Deputado Valdir Rossoni ou do Deputado Hermas Brandão, de alguém que vi ou que li na imprensa, dizendo que a cada seis meses era feita uma varredura dos telefones.

Mas ora, a varredura era feita pelo grampeador, a varredura e o que está escrito na imprensa poderia ser até uma sofisticação maior na questão do grampo, porque lamentavelmente a pessoa a quem se confiava fazer uma varredura era exatamente ou está sendo exatamente a pessoa acusada de fazer grampo.

Eu, no dia de hoje, solicitei ao deputado Tony Garcia que me convidasse a participar, como convidado, da CPI do Telefone, porque gostaria, deputado Valdir Rossoni, na condição de corregedor desta Casa, de tomar conhecimento, de participar, para ver esses depoimentos, para saber até onde isso pode ser verdadeiro, porque se é verdadeiro é uma tática terrível para a Assembléia.

Daqui a pouco, o deputado - não estou aqui acusando ninguém - mas o deputado da Base do Governo, Luiz Carlos Alborghetti - ora, se o seu telefone está grampeado, o senhor pode, num determinado momento, ser coagido por uma conversa qualquer, que não lhe interesse vir a público, necessariamente, não precisa ser trambique, são conversas que se tem, ora, é uma prática terrível!

Então, precisamos saber até onde vai a verdade, quer dizer, o deputado Valdir Rossoni, que durante tantos e tantos anos foi líder do Governo. Ora, como é que pode se admitir, primeiro que se diga os telefones e dando os números dos telefones grampeados que coincidentemente são os seus; ora, pode ser uma grande armação, uma grande mentira de quem queira indispor o Deputado Valdir Rossoni com o governo. Mas pode ser uma grande verdade que, daqui a pouco, nessa loucura que está aí, que ninguém confia em ninguém, uma série de irregularidades apresentadas, durante todo esse período de governo, de turbulência, que vem desde o primeiro dia, até a questão de precatórios de empréstimo de leasing e tantas coisas. Daqui a pouco você precisa ter uma fita para poder manter sob coação, usar esta coação em cima

de um deputado da envergadura e do alto grau de conhecimento, de postura ética do deputado Valdir Rossoni.

Acho que isso precisa ser esclarecido, sim, senhor. Se isso é verdade ou mentira, os depoimentos vão dizer. Mas, que precisa se levantado, precisa, e é isso que volto a dizer ao Deputado Tony Garcia, que é o presidente da comissão: Não tem, não quero, não vou. Tenho fórum privilegiado.

Não existe fórum privilegiado para a CPI, pode ser o comandante da Polícia Militar, não tem fórum privilegiado, vem na CPI! Pode ser secretário de Estado, não tem fórum privilegiado, vem na CPI! Venha quem tiver que vir, mas esclareça esse assunto!

Mas ainda, se se chegar a constatar que houve grampo político, em comitês eleitorais, durante campanha eleitoral, estamos diante de um crime de responsabilidade federal. Podem, indiscutivelmente, solicitar a participação do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, na investigação de um crime muito forte.

Vale a pena dizer de novo, que o presidente da maior potência do mundo, Richard Nixon, foi obrigado a renunciar por causa de uma escuta telefônica num comitê eleitoral.

O Sr. Valdir Rossoni

Permita-me um aparte, deputado Caíto.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Essa Presidência apenas lhe alerta que o senhor já utilizou quatro minutos a mais do tempo concedido.

Gostaria que Vossa Excelência, mesmo cedendo o aparte aos deputados que solicitaram, que fosse breve.

O SR. CAÍTO QUINTANA

O Deputado Rossoni encerra o pronunciamento.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Caíto, não conversamos sobre o assunto, mas acho a sua atitude elogiável, e louvável a sua participação nessa CPI.

Tenho duas preocupações com essa CPI, e Vossa Excelência deve estar sentindo a preocupação que deve ter tomado conta de mim, a partir do momento em que vi os meus telefones ontem em jornais. Tenho duas preocupações: primeiro, realmente a situação está difícil, não dá mais para confiar em ninguém; segundo: podemos ser o alvo de todas as pessoas que estão por aí e sabemos que existem pessoas que não fazem outra coisa a não ser gravações para vender as fitas.

Então o perigo desta CPI é que, de repente, pessoas façam uso de fitas e comecem a chegar aqui com um caminhão de fitas, contra tudo e contra todos.

Só gostaria de relatar um fato. Li o depoimento do Cabo Jordão, e não quero fazer juízo do seu depoimento, porque até tive a minha postura, outro dia aqui, contra esta questão. A dúvida é: quem é o mandatário, quem é o mandante, quem é o responsável? Tenho a minha posi-

ção, acredito que ninguém tem esse direito, seja ele do governo, seja ele de quem for, isto é inviolável!

Mas, quando estava na Liderança do Governo, sempre tive a preocupação de, a cada sessenta dias, pedir que fizessem uma varredura na Liderança do Governo e, por algumas vezes, no meu gabinete parlamentar. Esse Gilberto - não lembro quem é o Gilberto, mas se vê-lo, naturalmente vou lembrar, porque a própria assessoria da Liderança disse que era ele que vinha a meu gabinete.

Todas as vezes que veio ao meu gabinete ele sempre disse que os meus telefones não estavam grampeados, e aí é que está o nó da situação. Porque se agora ele diz que está grampeado? Ou mentiu agora ou mentiu lá atrás.

Outra questão que me deixou dúvidas e também estarei presente na CPI e se for possível, quero questionar como é que o representante da Telepar, o diretor da Telepar, encaminha uma correspondência ao Palácio Iguaçu, dizendo que os telefones da Liderança do Governo estavam grampeados. Ora, os telefones da Liderança do Governo não são do Poder Executivo, são telefones do Poder Legislativo, eles deveriam ter se dirigido ao presidente da Casa ou a este deputado.

Aí está outra questão que tem que ser questionada.

Amanhã, quando se apresentar esse diretor da Telepar, aqui, ele terá que dar explicações, se ele mesmo encaminhou essa correspondência. O seu procedimento não foi correto, porque esta Casa aqui é um Poder, e lá, é outro.

Outra questão, se os meus telefones estavam grampeados, quem tinha que receber a informação se é que era de interesse da Telepar, era este parlamento, mas digo a Vossa Excelência que alguém está mentindo, porque lá atrás, o próprio Gilberto, quando veio fazer as varreduras no meu telefone, com mais algumas pessoas que eu não sei se era esse cabo Jordão ou quem era, porque não o reconheço, afirmaram categoricamente que os meus telefones não estavam grampeados.

O meu telefone tinha um problema. quando a secretaria passava o telefone para alguém nos ramais, existia uma forma de que, ao passar, poderia ficar escutando, e este rapaz não teve a competência de descobrir como é que se procedeu esta mudança dentro do telefone. Não era um grampo. Era um erro de ligações internas, do próprio gabinete.

Então, deputado Caíto, amanhã este diretor da Telepar terá que nos dar esclarecimentos.

Eu já não tenho mais dúvidas que o cabo Jordão, ao afirmar que os meus telefones estavam grampeados, alguém está mentindo, e sou favorável que se vá fundo a essa questão e que não é possível se viver num clima, como esse aqui, mas também e aí cabe a Vossa Excelência como corregedor e os deputados da CPI que tem que ter todo o cuidado ao receber fitas, não andar fazendo anúncios sem ver a veracidade da questão, porque senão, vão fazer uso dessa Assembléia para transformá-la numa Delegacia de Polícia.

Agradeço o aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Será ainda amplamente discutido.
Estou com o meu tempo esgotado.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o senhor deputado Antonio Carlos Belinati.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Ainda sobre o assunto CPI, eu passo a fazer o relatório da CPI dos Medicamentos, que teve a Presidência do Deputado Luiz Accorsi, a relatoria deste Deputado Antonio Carlos Belinati, vice-relatoria do Deputado Hidekazu Takayama, e ainda como membros os deputados Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Serafina Carrilho, Miltinho Puppio, Luiz Carlos Alborghetti, Renato Gaúcho e Carlos Simões.

Como já havia anunciado anteriormente e solicitado ao Deputado Hermas Brandão, presidente desta Casa, fizemos o pedido que fosse encaminhado aos gabinetes parlamentares desta Casa, então faremos apenas um resumo do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, porque ele é bastante extenso e tomaria muito tempo e queremos poupa-los deste precioso tempo.

(Lê):

“A CPI dos Medicamentos foi instalada em 14 de abril de 2000, destinada a levantar a problemática da falsificação e o abusivo aumento de preços de medicamentos, assim como a relutância na oferta de medicamentos genéricos.

A Comissão manteve um serviço de disque-denúncia, no período de 12 de maio a 06 de julho de 2000, recebendo dessa forma muitas denúncias que foram investigadas.

A CPI Estadual também foi criada para auxiliar a CPI dos medicamentos do Congresso Nacional. Para não afrontar o princípio federativo e a autonomia estadual, a CPI dos medicamentos do Congresso Nacional, ou de suas Casas, não poderia investigar as matérias de competência estadual, as quais ficaram a cargo da CPI Estadual.

De início foi ouvido o Secretário de Estado da Saúde, o doutor Armando Raggio, que compareceu acompanhado do diretor-geral da Secretaria, da diretora do Departamento de Qualidade de Saúde, da diretora do Centro de Medicamentos do Paraná e da diretora executiva do Consórcio Gestor de Medicamentos.

Essa reunião foi acompanhada pelo Deputado Federal Márcio Matos, membro da CPI dos Medicamentos Nacional.

Foram fiscalizadas todas as distribuidoras de medicamentos do Estado. Houve determinação judicial de interceptação, monitoramento e escuta telefônica, em distribuidora localizada em Manoel Ribas, em razão de diversas denúncias promovidas através do disque-denúncia.

Esse trabalho resultou em requisição de busca e apreensão de medicamentos e documentos, com base nos artigos 240 a 250 do Código penal. Foram apreendidos remédios sem nota fiscal, verificando-se infração administrativa notificada pela Receita Estadual.

Esse relator e o presidente da comissão, Deputado Luiz Accorsi, estiveram em Brasília, mantendo contato com membros da Comissão de Medicamentos Nacional, de onde trouxeram subsídios para o trabalho da Comissão Estadual.

No mês de julho/2000 foram visitadas mais de 100 farmácias na cidade de Curitiba e região metropolitana.

Essas fiscalizações foram realizadas em conjunto com a Receita Estadual e a Polícia Civil. As denúncias eram sobre remédios vencidos, má conservação e sonegação fiscal.

No dia 23 de maio de 2000, durante fiscalização da CPI em setores de cargas de empresas de ônibus, constatou-se que a Distribuidora de Medicamentos Equipe estaria sonegando 5% do ICMS. Foram apreendidas notas fiscais em Assis/SP, para a matriz em Londrina e filiais em Curitiba.

Segundo os fiscais da Receita Estadual, a empresa trazia as notas fiscais de São Paulo para as mercadorias paranaenses. Dessa forma, ela não pagaria a alíquota de 17% do ICMS estabelecida no Paraná, mas sim a de 12% de São Paulo.

Na rede de farmácias Nossa, foi constatado que 50% dos medicamentos adquiridos pela rede tinham como origem farmácia em Pirapozinho/SP.

A Receita Estadual suspeitou que esse medicamento nunca teria saído do Paraná, viajando para São Paulo tão somente as notas fiscais. Os medicamentos permaneceram em Maringá, nas farmácias Nossa acompanhados da 3ª via da nota fiscal. Mais uma vez, observa-se essa prática em razão da diferença de tributação dos medicamentos. No Paraná o ICMS é de 17% e em São Paulo é 12%.

Essa rede de farmácias tem seis lojas em Maringá e uma em Pirapozinho/SP. Cabe salientar que Pirapozinho tem 25.000 habitantes e aquela farmácia vende o equivalente às outras seis lojas situadas em Maringá.

Foi aberto inquérito policial na Delegacia de Estelionato e Desvio de Carga, que, juntamente com o grupo Operacional de Repressão ao Roubo de Cargas, da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, participaram ativamente nos trabalhos da Comissão de Medicamentos. A Receita Estadual enviou diligência para fornecer indícios da existência de crime fiscal.

Foram fiscalizadas 182 farmácias e dentre elas, 170 apresentaram insuficiência de recolhimento de ICMS.

Foram recolhidos R\$755.067,50 de ICMS em denúncia espontânea. Foram lavrados autos de infração no valor de R\$145.069,47.

Em 30 de agosto de 2000 a CPI promoveu diligência no Laboratório Nossa Senhora do Rosário, em Media-

neira que há dois anos informara ao Conselho Regional de Farmácia que fecharia o laboratório. O estabelecimento só foi fechado com a fiscalização da CPI, quando se constatou que ali se produzia medicamentos sem autorização do Ministério da Saúde.

Os proprietários do laboratório estão respondendo a inquérito policial na Delegacia de Estelionato de Medianeira, e investigações estão sendo feitas pelo Corpo de Operações Policiais Especiais - Cope.

Na farmácia Secofal de Umuarama Ltda, foram encontrados medicamentos cujos lotes faziam parte de lista de medicamentos roubados da Secretaria da Saúde de Curitiba.

Nesse período houve determinação do Presidente da República a fim de suspender o aumento de preços dos remédios pelos laboratórios. O setor farmacêutico pode ser considerado um dos maiores vilões do consumidor brasileiro.

De 1994 para cá, os reajustes foram de 150% em média, segundo o Conselho Regional de Farmácias de Brasília. Isso num país onde, segundo a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, 75 milhões não têm acesso a remédios por causa dos preços, quase metade da população.

Os laboratórios são os maiores responsáveis por isso. A sua margem de lucro chega a 500%. O seu faturamento dobrou de 1994 para cá, de US\$3,2 bilhões para US\$7,2 bilhões. Com esse aumento de preços e ainda na queda da renda dos trabalhadores brasileiros, os remédios podem ser considerados um artigo de luxo, inacessível para grande parte da população brasileira.

Quanto à oferta de medicamentos genéricos, pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Saúde junto a 150 farmácias curitubanas, a pedido da CPI-Med mostra que em 10% dos estabelecimentos não foram encontrados nenhum desses produtos à disposição dos consumidores; em 30% de 1 a 5 produtos, e em outros 10% cerca de 15 produtos; em 13% de 11 a 15 produtos e em 26% de 6 a 10 produtos genéricos.

Propostas:

1 - Os maiores problemas encontrados pela CPI dos Medicamentos são questões fiscais, tanto em farmácias como em distribuidores, bem como a falta de produtos genéricos.

De 145 farmácias visitadas pela CPI dos Medicamentos, em 10,60% não foram encontrados produtos genéricos e em 30,20% foram encontrados entre um e cinco produtos genéricos.

2 - O Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, fez as seguintes sugestões para melhorar as condições de comercialização de medicamentos no Paraná:

. garantia de serviço de vigilância sanitária municipal com farmacêutico nos municípios com mais de cinquenta mil habitantes;

. recomposição das vigilâncias sanitárias do Estado com no mínimo um farmacêutico por grupo de cinquenta estabelecimentos;

- . redução da alíquota de ICMS para os medicamentos genéricos;
- . legislação específica impedindo a tele-venda ou a entrega em domicílio;
- . impedir qualquer tipo de propaganda ou promoção de medicamentos como forma de desestimular seu consumo espontâneo;
- . informatização do controle de vendas de medicamentos controlados pelos distribuidores, fabricantes, farmácias, drogarias e hospitais;
- . lei que obrigue os pedidos de compra de controlados serem assinados pelos responsáveis técnicos;
- . treinamento das polícias civil e militar na fiscalização de medicamentos, em especial os controlados e oriundos de outros Estados;
- . legislação obrigando a constar o número do lote do medicamento nas notas fiscais;
- . investigação das razões de as distribuidoras não possuírem estoque de medicamentos genéricos (fabricante não atende a demanda das farmácias, farmácias não procuram pelo produto, fabricante “induz” a compra de similares ou de marca);
- . investigação da Receita Estadual para determinar se a bonificação oferecida como desconto na nota fiscal de BO caracteriza sonegação, já que o valor de venda sem desconto consta em tabela.

3 - Realização de Simpósio Nacional para discutir os medicamentos genéricos.

Durante as investigações da CPI, constatou-se a necessidade do Paraná em sediar simpósio dessa natureza, a exemplo do que foi realizado recentemente em Goiás.

4 - Tornar mais rigorosas as multas impostas aos distribuidores e comerciantes de medicamentos falsificados, intensificando a fiscalização da Vigilância Sanitária Estadual.

5 - Fortalecimento dos órgãos de vigilância sanitária do Estado.

6 - Incentivar a produção de medicamentos no Paraná, aplicando mais recursos nos Laboratórios de Produção de Medicamentos.

Como exemplo pode-se citar o Laboratório da Universidade Estadual de Londrina, que fabrica 32 (trinta e dois) milhões de comprimidos por ano, e poderia aumentar 12 (doze) vezes essa produção com apenas R\$5 milhões de investimentos. Cada comprimido custaria menos de R\$0,01, segundo informações do diretor do Laboratório de Produção de Medicamentos da UEL, Doutor Francisco Eugênio Alves de Souza.

7 - Redução da alíquota de ICMS para os medicamentos genéricos de 17% para 12%.

8 - Distribuição de cartilha em escolas públicas, esclarecendo os jovens sobre a utilização de medicamentos, diferenciados entre remédios éticos, similares e genéricos (Lei 9.787/99), em parceria com as Secretarias de Estado da Educação e da Saúde.

9 - Solicitar ao Governo do Estado que promova campanhas informando à população que somente o farmacêutico pode trocar os remédios indicados pelo médico e, para isso, deve carimbar a receita com o nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia.

10 - Melhorar o trabalho de divulgação à população, no sentido de que possam identificar as categorias de medicamentos éticos, similares e genéricos.

11 - Criação, na Assembléia Legislativa do Paraná, de Comissão Permanente de Saúde, com função de avaliar a produção e distribuição de medicamentos no Paraná.

12 - Criação de incentivos para a instalação de laboratórios no Paraná, destinados à produção de medicamentos genéricos, além dos incentivos já mencionados para os laboratórios oficiais.

13 - Criar incentivos à pesquisa farmacêutica nos laboratórios oficiais do Estado.

14 - Restringir a propaganda de medicamentos, porque os laboratórios privados investem mais em propaganda. A rentabilidade dos laboratórios é uma das mais altas da indústria nacional.

Segundo a Abifarma - Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, dos 628 laboratórios brasileiros, só os dez maiores respondem por 43% (quarenta e três por cento) do faturamento total do setor.

Segundo a Abrafarma - Associação Brasileira das Farmácias existem cerca de 1500 atacadistas e distribuidoras de medicamentos. As 15 (quinze) maiores respondem por 50% a 60% dos negócios.

15 - Nas campanhas destinadas a informar a população, destacar que as farmácias são obrigadas a disponibilizar aos consumidores a lista de preços máximos que podem ser cobrados. A lista é fornecida mensalmente pela Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (ABCFarma).

16 - Foi enviado requerimento à Secretaria de Segurança Pública, em novembro de 2000, solicitando a criação de Programa de Treinamento para Fiscalização de Medicamentos, envolvendo as Polícias Militar e Civil.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos da CPI dos Medicamentos, verificou-se a fragilidade e o desaparecimento do Estado para o desempenho de tarefas fiscalizatórias junto ao transporte, armazenagem e comercialização de medicamentos.

17 - Também em novembro de 2000, foi protocolado na Assembléia Legislativa, requerimento destinado aos Ministros de Estado da Saúde e da Comunicação, solicitando daquelas autoridades providências para a severa observância dos termos do Decreto nº 2018/96, que regulamenta a Lei nº 9.294/96, que trata sobre a publicidade de medicamentos.

“A mensagem publicitária pode educar ou deseducar, formar opinião ou agredi-la, ser moral ou imoral, sugerir contos de ordem ou desordem social, influir na procura, nos preços, nos mercados, podendo, ademais,

ser um fator benéfico ou maléfico para a economia nacional. Logo, o Estado tem o direito e o dever de regular o exercício da propaganda na forma que melhor consulte aos interesses coletivos, não se devendo esquecer que os veículos de maior penetração, através dos quais aquela se realiza, são a televisão e o rádio, serviços concedidos pelo Estado, portanto, serviços públicos sobre os quais o poder concedente exerce - e tem o dever de exercer - permanente vigilância quanto aos padrões de qualidade, inclusive para a saúde do consumidor.”

A Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos verificou o desaparecimento do Estado para obedecer a legislação federal vigente sobre propaganda de medicamentos.

18 - Ainda em novembro de 2000, foi enviado requerimento ao ministro de Estado da Fazenda, solicitando providências para a efetivação de severa fiscalização quanto ao transporte de medicamentos por parte das agências de correio, companhias de transporte aéreo, empresas de ônibus e transportadoras em geral.

Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Medicamentos em suas várias ações, sempre acompanhados por representantes da Receita Estadual, da Secretaria da Fazenda do Paraná, da Vigilância Sanitária, Secretaria da Saúde do Paraná e Secretaria de Estado da Segurança Pública, registraram soberbas e inaceitáveis falhas e omissões quanto à fiscalização no transporte interestadual de medicamentos.

Os comprovantes dos delitos foram encaminhados ao Ministério Público para providências.

Em sua maioria, os crimes perpetrados contra o erário, notabilizaram-se pela ausência do acompanhamento dos medicamentos pelas respectivas notas fiscais, utilizando-se ardilosos mecanismos contábeis para fraudar o fisco.

Distribuidores, principalmente produzem documentos fiscais numa determinada unidade da Federação, remetendo-os para suas “filiais” no Estado do Paraná, sem o devido registro do transporte da mercadoria configurando a sonegação de tributos do Estado.

As diferentes alíquotas do ICMS sobre a comercialização de medicamentos em alguns Estados são os principais indutores da prática dessas artimanhas danosas às tarefas arrecadatórias.

19 - Propõe-se, por fim, a redução da alíquota do ICMS dos medicamentos genéricos de 17% para 12%, como adotado no Estado de São Paulo e em Minas Gerais.

Cabe salientar que essa medida é essencial para consolidar a produção, distribuição e consumo dos remédios genéricos, em benefício de toda a sociedade.

Curitiba, 14 de março de 2001”.

Portanto a nossa proposta, senhor presidente, senhores deputados, é que se aparelhe melhor o Estado do Paraná, tanto a Receita Estadual quanto a nossa Vigilância Sanitária para que se possa ter uma fiscalização efetiva em todas as farmácias do Estado do Paraná, nas

distribuidoras. Que essa problemática dos medicamentos seja levada com muito rigor pelo Governo do Estado, e temos certeza que todos os requerimentos apresentados por essa Comissão, encaminhados ao Ministério da Fazenda, ao Ministério da Saúde, os levantamentos, as diligências promovidas por essa Comissão será rigorosamente cumprida pelo Estado do Paraná.

Pedimos, senhor presidente, o apoio desta Casa para uma Comissão Permanente na questão do Medicamento e que os deputados possam efetivamente tomar conhecimento, através deste relatório, que será encaminhado tanto para o Ministério Público, para a Secretaria de Estado da Saúde, para o Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, que todas essas providências sejam tomadas, e as problemáticas levantadas por essa Comissão, possam efetivamente ser sanadas com a instalação dessa Comissão.

Não prometemos aqui, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, quando instalamos essa Comissão, que ela iria resolver definitivamente os problemas dos medicamentos no Estado do Paraná, mas temos certeza que a CPI teve um papel importantíssimo na questão tributária do Estado do Paraná.

Hoje em dia, se estudam fórmulas milagrosas para que se possa aumentar a receita dos municípios e principalmente do Estado do Paraná. A nossa contribuição quanto à Receita, recolheu setecentos e quarenta e cinco mil reais, lavrou Autos de Infração no valor de cento e quarenta e cinco mil reais.

Sabemos que é o pontapé inicial para que o Governo do Estado esteja conseguindo colocar nos seus devidos lugares, autuar aqueles que estão tentando driblar a Receita Estadual, cumprir o seu papel como colaborador na geração de impostos e riquezas para o Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente. Era esse o nosso resumo, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Meus parabéns!

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

Muito obrigado. Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência se soma à Bancada do Partido dos Trabalhadores, nesta Casa, para registrar, com satisfação, e em nome da Mesa Executiva e de todos os deputados, com certeza absoluta, a nossa alegria de recebermos o Prefeito de Londrina Nédson Micheletti, que está entre nós, no nosso plenário, acompanhando a nossa sessão.

Sinta-se em casa, prefeito, aqui é sua casa também.

Não havendo orador inscrito no Grande Expediente, passamos ao horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PL, PSB, PSC.

(**Declinam**)

PST. Com a palavra, o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, Mesa Diretiva, nobres pares, senhoras e senhores.

Ocupamos a tribuna hoje, para prestar uma justificativa da nossa ausência na semana passada, nesta Assembléia, e ao mesmo tempo informar do grande sucesso alcançado com o lançamento do Programa de Revitalização do Arenito Caiuá, fato este que ocorreu na última sexta-feira, na cidade de Umuarama. Estavam lá presentes, além do Governador Jaime Lerner, Secretários de Estado; Poloni da Agricultura, presidente da Emater; presidente do Iapar; Presidente da FAEP, Ágide Meneghetti; Presidente da Ocepar, João Paulo; Presidente das Associação Comerciais, Akel; Secretário Guaraci Andrade e demais lideranças rurais, homens ligados à terra, prefeito da região do Arenito Caiuá, que compõe cento e sete cidades, e aqui na Assembléia temos vários deputados que fazem parte, que têm sua base eleitoral no Arenito Caiuá, na região Noroeste, a exemplo do nosso líder, Durval Amaral, também do Nelson Garcia - que não pôde estar presente porque representava o governador - e demais deputados do Arenito Caiuá, sabem da importância que este projeto teve. O Governador Jaime Lerner aprovou o projeto de lei nosso, e este programa tem origem nas pesquisas feitas pela Embrapa. Depois da Embrapa veio o Iapar. Aliás, aqui queremos dar a maioria do crédito ao Iapar, que há mais de três anos vem fazendo pesquisas nesta terra do arenito, a "terra branca", chamada comumente, e desenvolveu sementes de milho e soja que, implantados adequadamente, produzem tanto quanto se produz na terra roxa.

Então, na última sexta-feira fomos recebidos pelo Prefeito Scanavaca, e numa manhã muito produtiva, um painel, naquele simpósio mostrou técnicas de manejo, a forma de tratar a terra para que ela volte a ser produtiva. Quem é pioneiro na região Noroeste do Paraná sabe bem que a terra do arenito já foi responsável pela maior produção de café do Paraná. Depois do café veio a pecuária. Depois da pecuária veio um processo de desertificação.

As terras que não são ocupadas pela cana, pela fruticultura e também pela mandioca, estão praticamente num processo erosivo de grande intensidade. E este programa de revitalização veio em boa hora, senhor presidente, trazer a esta terra a fertilidade que ela pode responder, desde que ela seja tratada com o manejo correto.

E é o que este programa se propõe, através da Emater, com a orientação dos técnicos da Emater? Vamos conseguir, segundo o Governador Jaime Lerner, crédito junto ao Banco do Brasil, a longo prazo, para que estas terras sejam novamente revitalizadas, através de um programa vigoroso de destoca, de calagem, de curva de nível, enfim, de toda esta moderna tecnologia do plantio direto, para que possa, esta nova e última fronteira agrí-

cola do Paraná, vir a responder pela produção de mais de 20% de todos os grãos produzidos até então.

Para se ter uma idéia do mega programa, a região do Arenito Caiuá, hoje compõem-se de 107 cidades, abrigando mais de um milhão e duzentas mil pessoas, e sendo responsável por 5% do êxodo rural todos os anos. As pessoas que trabalham na terra, até hoje encontram dificuldades para que ela possa responder, na renda; acabam deixando suas propriedades e vindo para as cidades.

Com este programa de revitalização pretende-se atingir justamente o pequeno e o médio agricultor, para que ele possa ter respaldo técnico e financeiro, logo após a derrubada da mata.

Agora é a vez dos insumos. São 3,2 milhões de hectares que correspondem a esta nova fronteira agrícola. Temos, de imediato, um milhão e meio de hectares a serem atacados, que são as áreas reservadas à pecuária, que hoje, praticamente degradadas, não conseguem ter mais que 1,2 cabeças de gado por hectare, estando abaixo, até, da linha de produtividade, determinado pelo Incra, e portanto sujeitas a desapropriações para fins de reforma agrária.

Com este programa de revitalização, do rodízio agricultura/pecuária, passaremos a ter de 6 a 8 cabeças por hectare. Por alqueire. Passaremos a ter de 6 a 8 empregos para cada mil hectares.

Senhor presidente, veja a importância da revitalização do Arenito Caiuá, que vai trazer renda para que o agricultor permaneça na terra e não venha a ser notícia no seu programa, Deputado Alborghetti, quando ele vem do seu programa e deixa aqueles hábitos puros que se tem na natureza e vem para cá, não conseguindo se adaptar à realidade da cidade grande, começa a degradar os seus princípios e os de suas famílias.

Então, esse programa de revitalização do arenito vai, com certeza, trazer riqueza. Há uma previsão, nobres pares, de que vamos aumentar. Hoje produzimos 8 milhões de toneladas de grãos; nesta safra passaremos a ter mais 20% com a revitalização dessa nova fronteira agrícola da terra branca do Arenito Caiuá.

Isso representa hoje, mais um milhão e seiscentas mil toneladas que vão se acrescentar a essa produção. Vejam, senhores, que estamos falando em riqueza, e não podemos esquecer dos números, senhor presidente, mais de 300 milhões de dólares serão gerados com a recuperação do Arenito Caiuá.

Além dos grãos, teremos a produção, também, da fruticultura. Hoje o paranaense importa mais de 80% dos produtos oriundos da fruticultura, e nossa terra, nosso solo é fértil, podemos produzir toda essa fruticultura aqui. Enfim, revitalizando o solo, poderemos plantar de tudo.

Concedo aparte ao deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Divanir Braz Palma, sem sombra de dúvida o assunto que Vossa Excelência traz ao conheci-

mento desta Casa, e não é a primeira vez que aborda este tema durante a sessão Plenária da Assembléia, é de importância fundamental.

Nós já tivemos oportunidade de ler muito acerca desse Programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná, em material que recebemos enviado pela Cooperativa Cocamar, que é uma das integrantes, vamos dizer assim, desse Projeto de Revitalização da Região Noroeste, junto com o Instituto Agrônomo do Estado do Paraná.

Pessoalmente, fico satisfeito com esse acompanhamento que Vossa Excelência vem fazendo, até porque não tenho tido condições de acompanhar, não pude ir a Umuarama nessa sexta-feira, em que foi lançado o programa, mas, fico contente que Vossa Excelência esteja participando desse processo, e sei que outros parlamentares também estão participando, estaduais ou federais, porque sem sombra de dúvidas, se nós quisermos ter uma vida mais digna, termos um bem-estar social melhor no Estado do Paraná, temos que fazer alguma coisa pela nossa agropecuária.

É por essa razão deputado, que quase todas as semanas nós vimos à tribuna da Assembléia para falar a respeito de algum assunto ligado ao setor agropecuário. E falar principalmente, neste momento, da importância que tem a vacinação, no caso do Estado do Paraná, contra a febre aftosa. Das medidas e providências que o Brasil vem adotando para impedir a entrada da febre aftosa no nosso Estado do Paraná, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Vejo que é necessário realmente que alguma coisa possamos fazer em favor não só da região Noroeste, mas de outras regiões que já tiveram também o seu solo degradado em função dos últimos 40 anos, como é o caso por exemplo, da minha região, Vale do Ivaí, que foi de certa forma aberto, na década de 70, na década de 60, e que já está de certa forma com seu solo também exaurido pela intensidade da agricultura e da pecuária ali desenvolvidas.

Só lamento que nesse processo todo o Governo do Estado não tenha dado a importância, vamos dizer, que está dando agora à revitalização do noroeste lá no início do seu governo. Porque se tivesse, por exemplo, aplicado apenas os recursos que aplicou na implantação da montadora Chrysler, se tivesse pego aquele dinheiro para aplicar na revitalização da região Noroeste do Estado do Paraná, tenho certeza, que não seriam apenas os 250 empregos da Chrysler que teriam sido gerados, e nós estaríamos hoje com aquela região produzindo muito mais do que já produz, e o Paraná estaria obtendo resultados melhores.

Pelo menos nesse aspecto, mesmo que talvez tardiamente, o governo acordou. E Vossa Excelência tenho certeza, que foi um dos responsáveis para esse despertar do governador e do governo, no que diz respeito ao Noroeste do Estado do Paraná.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, Deputado Orlando Pessuti!

Agradeço essa intervenção muito oportuna, que Vossa Excelência lembra também a parceria da Cocamar, através do seu presidente, Luiz Lourenço, que era um parceiro especial neste programa, e digo que o governador poderia realmente ter iniciado esse programa há tempos, mas ele iniciou, para que a verdade seja clara, e se faça honestidade quanto a esse assunto. A ação do governo se iniciou lá atrás, com o trabalho do IAPAR.

O Instituto Agrônomo do Paraná, detém mais de 1200 técnico, homens de alto gabarito, Vossa Excelência é ligado à terra, veio do Vale do Ivaí, sabe bem disso; esses homens tem trabalhado incansavelmente, senhor presidente. Não só os do Iapar, como da Emater. São 1600, entre técnicos, agrônomos, homens que vivem trabalhando no anonimato, mas que na realidade dão um suporte importante para o homem da terra, o homem que cultiva o chão.

Agora, estamos com esse programa, que eu devo agradecer à Assembléia, que foi aprovado aqui, esse programa de revitalização, e foi por unanimidade. E podemos correr contra o tempo, para podermos salvar essa nossa região que está virando um verdadeiro deserto.

Acho esse programa, como Vossa Excelência disse, exemplar para outras regiões também. Nós temos juros baratos, 8,75% ao ano, e só basta trabalharmos com planejamento, que essa terra irá responder.

Senhor presidente, agradeço a sua compreensão e a todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. CUSTÓDIO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente. A Força Sindical do Paraná, do Sindicato dos Metalúrgicos da grande Curitiba, ontem, fizeram uma grande festa em comemoração ao Dia do Trabalhador, lá em São José dos Pinhais, que contou, senhor presidente, com mais de 5000 trabalhadores, naquele evento.

Quero transmitir o agradecimento dos trabalhadores, metalúrgicos, da Força Sindical do Paraná, ao Deputado Algaci Tulio, de ter cedido a ambulância para que esses trabalhadores tivessem os cuidados desse veículo para remover ao Hospital se houvesse um acidente, senhor presidente.

Então, queremos registrar aqui, em nome de todos os trabalhadores, o agradecimento a esse grande Deputado Algaci Tulio, pelo carinho e respeito pelos trabalhadores de todo o Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no horário das Lideranças: PPS, PDT, PT, PTB, PFL, PSDB.

Com a palavra do Deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados. Gostaria de anunciar à Casa, que há poucos instantes o Congresso Nacional aprovou o projeto de Lei do Senador Álvaro Dias, onde determina concurso público para Conselheiros de Tribunais de Contas. Portanto caminha a passos largos, o projeto do Senador Álvaro Dias; e o primeiro passo já está dado.

Senhor presidente, senhores deputados. Na semana que passou, fiz aqui um pronunciamento, falando da audiência que tivemos com a Fundação O Boticário e a SPVS, e hoje, para reafirmar a nossa preocupação, do Paraná, de que essas ONG's estão comprando terras em nosso Estado, e estão comprando muito, estou vendo aqui uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, que também tramita no Congresso Nacional, uma lei, onde determina que, uma empresa estrangeira possa comprar até o limite muito inferior do que as estrangeiras estão comprando aqui no Paraná, como é o caso da SPVS que não passa aparentemente de uma imobiliária dos americanos.

Então, a preocupação do Paraná, Deputado Algaci Tulio, que está conosco nesta parada, é mais do que pertinente. Se a população do litoral se organiza e denuncia estes fatos, se o Congresso Nacional também já se preocupou pela questão da amazônia e se tramita na Câmara Federal, eu não poderia deixar de ocupar a tribuna na tarde de hoje para destacar esta matéria do Estadão e que os senhores deputados que desejarem, naturalmente, nos acompanhar nesta missão de desvendar o que significa SPVS e o que significa a Fundação O Boticário, nós começamos com estas duas e vamos continuar com as outras.

O que não podemos mais permitir é que aconteça uma falsa divulgação, uma enganação da população, não podemos permitir que uma empresa estrangeira vá a Guaraqueçaba e compre dois ou três alqueires de uma família tradicional e essa família vá embora viver num mundo urbano, longe do seu habitat natural porque vendeu por alguns dólares a mais ou a menos para os americanos que têm acesso à nossa biodiversidade. Negam com todas as letras, mas têm acesso, com certeza, a essas empresas que são elo de ligação das ONG's americanas.

Senhor presidente, eu não vou me alongar na tarde de hoje, mas não poderia deixar também de fazer referência a uma matéria da Folha do Paraná que fala sobre esta Casa. Eu sugiro aos deputados estaduais que leiam com atenção e verão que lá existem os surdos, os mudos, os que não existem, os que fazem trapalhadas. Agora, eu mandei o meu relatório para a Folha do Paraná de quais foram as ações, projetos, reuniões da Comissão que presido e também da CPI que presido, da Sanepar, e eu acho que todos os deputados poderiam fazer um pequeno relatório, porque não sei quanto custa uma página do jornal Folha do Paraná, acho que custa bastante, ela é literalmente, 100% contra a Casa. Aqueles que são mudos, que não falam, porque são mudos, porque não falam; aqueles

que falam é porque têm sede de microfone; aqueles que não aparecem, são aqueles que aparecem.

Então, Deputado Pessuti, cá para nós, temos que assistir e ler ainda muitas bobagens e ainda vamos fazer de conta que nós não enxergamos nada, vamos fazer de conta que não estamos manuseando as despesas do Governo do Paraná, do passado e do presente, onde o ex-conselheiro que tem o meu respeito, João Féder, ele sistematicamente colocava aonde está a prestação de conta deste ou daquele segmento. E nós vamos poder manusear isto aqui no Plenário, vamos conversar muito sobre isto. Apenas eu não poderia deixar de fazer constar nos Anais desta Casa a minha indignação de uma matéria sinceramente oca, sem nenhum fundamento mais contundente e a minha iniciativa já tomei, mandando para o jornal as minhas atividades, não que todos nós parlamentares tenhamos que relatar nossas atividades, porque ninguém está aqui por decreto. Todos os deputados que estão aqui foram eleitos.

O Sr. Orlando Pessuti

Concede-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Neivo, Vossa Excelência me falou, na hora do almoço, acerca dessa matéria da Folha do Paraná, Folha de Londrina, de hoje. Eu gostaria que Vossa Excelência relevasse um pouco o conteúdo da matéria, porque sem sombra de dúvidas ela foi injusta com alguns parlamentares.

Nós que conhecemos a atividade parlamentar da maioria dos deputados e deputadas que têm assento nesta Casa, nós que sabemos que a vida de um parlamentar não se restringe apenas e tão somente àquilo que ele faz ou deixa de fazer, ou àquilo que ele fala ou deixa de falar, neste plenário. A vida parlamentar se constitui de dezenas, de centenas de atividades, inclusive fora desse plenário, deste recinto, em outros recintos da Assembléia, em outros recintos existentes no Estado do Paraná e até do Brasil e do exterior, porque muitas vezes somos chamados, como foi no caso do último dia 17, em uma missão estabelecida pelo Presidente Hermas, tivemos que ir a uma reunião do Parlasul - Crecenea, em Buenos Aires, para falarmos acerca da questão da febre aftosa. Saímos às 20h00. Chegamos lá às duas da manhã. Levantamos às 08h00. Fomos em reuniões e jantar até à meia-noite. Deitamos à uma hora e levatamos às 05h00 da manhã. E às 14h30min estávamos neste plenário. Não fomos lá fazer turismo, passear e curtir o tango ou o bolero argentino.

Faço um apelo a Vossa Excelência para que revele, porque é um trabalho, que está sendo iniciado pela Folha do Paraná, de acompanhamento do trabalho dos parlamentares e das atividades legislativas.

Nós, enquanto Assembléia, temos algumas deficiências em termos de produção de informações, acerca do trabalho dos parlamentares. Nós os próprios parlamentares, também temos deficiência em relatar, produzir documentos acerca daquilo que estamos fazendo. É um

trabalho que está começando. As pessoas que estão desenvolvendo esse trabalho, o jornalista, o pessoal da universidade, certamente, no decorrer do tempo, conhecendo a Assembléia a cada um de nós, podendo obter essas informações que a Assembléia vai fornecer, podendo obter as informações que nós, parlamentares vamos obter, tenho certeza em um futuro bem próximo, as matérias publicadas acerca da Assembléia Legislativa, serão muito mais promissoras do que aquela que foi publicada hoje.

Reputo que essa reportagem de hoje é ela favorável à atuação da Assembléia e de seus parlamentares, por falta de informações que nós não fornecemos, que a Assembléia não forneceu. E que as pessoas, os pesquisadores, que estão fazendo esse trabalho não conseguiram obter. Tenho a certeza, de que no futuro, as matérias a serem produzidas acerca do trabalho da Assembléia, serão matérias mais favorecedoras e esclarecedoras, do que foi a de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu pediria a Vossa Excelência, que concluísse o seu pronunciamento, tendo em vista que o seu tempo já esgotou.

O SR. BERALDIN

Deputado Pessuti, não estou reclamando por mim, porque nem sequer fui citado na matéria. Se olharmos a presença constante de alguns parlamentares e a ausência de outros, nem justiça foi feita. A matéria diz que quem se omite é porque é surdo ou mudo. Quem fala muito é porque gosta muito de microfone. Nunca a Assembléia do Paraná trabalhou como está trabalhando. Votamos neste ano mais de 60 vetos. O presidente, que está no plenário, me corrija se eu estiver errado.

O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Vossa Excelência me concede um aparte?

(**Assentimento**)

Eu quero só contribuir com o seu raciocínio. Acho que li essa matéria de hoje e estranhei um pouco, realmente eu não fiquei assim tão preocupado, entendo a sua preocupação, Deputado Neivo, mas acho que do ponto de vista da comunicação, os jornalistas que fizeram a matéria talvez não estejam atentos a alguma coisa. Hoje, na sociedade que vivemos, na sociedade moderna, onde a comunicação com as pessoas se dá em massa, onde a televisão, a mídia têm um efeito muito grande na formação de opinião de massas, de pessoas.

Veja só um exemplo disso, o Antônio Carlos Magalhães subiu à tribuna, um tempo atrás e fez uma denúncia gravíssima contra o Senhor Jader Barbalho. A Rede Globo noticiou, o horário nobre da televisão da televisão deu destaque, todas as televisões deram destaque.

No dia seguinte todos os jornais colocaram, em manchete, toda a imprensa, do Brasil inteiro. Pois bem, 2

dias depois, o Jader Barbalho anunciou o seguinte: “Amanhã, às 03h00 da tarde, farei um pronunciamento do plenário. “O que aconteceu? Toda mídia do Brasil se preparou com todos os holofotes, todas as lâmpadas para ouvir o depoimento do Jader Barbalho. E o Jader Barbalho praticamente não foi a fundo nas questões que o Antônio Carlos Magalhães relatou naquela sua acusação, simplesmente fez também uma acusação ao Antônio Carlos Magalhães. Qual foi o resultado da mídia, para o Jader Barbalho? Foi o seguinte: “Jader Barbalho acusa ACM.”

O que estou dando com este exemplo é o seguinte, é como se nós, espectadores, eu me coloquei como espectador, ao analisar isso, uma pessoa que está na sua casa, assistindo a televisão, é como se nós estivéssemos sôfregos, esperando a cada momento que um fato novo, mais mirabolante, do ponto de vista seja de que natureza for, do ponto de vista do espetáculo, acontecesse, todos os dias, um, suplantando o outro.

Então a realidade da informação, quer dizer, pesquisar se a denúncia do Antônio Carlos contra o Jader tinha algum fundamento de verdade, se ela era procedente, se ela era coerente, o que o governo deveria fazer, o que a Justiça deveria fazer? Cobrar a OAB, cobrar o Ministério Público. Nada disso interessou à imprensa, interessou uma nova acusação que tinha o senhor Jader contra o ACM.

Eu só estou dando este exemplo, não para fazer nenhum juízo de valor, sobre o papel da mídia, nesse momento. Não é isso que eu quero dizer; no mundo que estamos vivendo, que é o mundo do espetáculo, as coisas da comunicação funcionam assim. Eu vi que o jornalista não percebeu, quando escreveu, na Folha de Londrina, que quando um deputado está usando do microfone, na tribuna, ele não está se dirigindo à platéia, a platéia que esteja assistindo aqui, a Assembléia Legislativa, porque não tem platéia, via de regra não tem platéia. E, via de regra, quem comparece à tribuna já tem opinião formada a respeito do debate que vai estar acontecendo, aqui na Assembléia. A platéia não são os jornalistas da imprensa, nós estamos falando para que a imprensa realmente registre as nossas opiniões, porque se a imprensa não registrar, e é este papel que a imprensa tem que fazer, se ela não registrar, no mundo moderno de hoje, de comunicação de massa, o papel do parlamentar praticamente não tem razão de ser. Nós não conseguimos conversar com ninguém! E o nosso papel é de poder conversar com as massas. Era diferente há 50 anos atrás, quando se usava a tribuna, no rádio, ou então com um pedacinho de papel, você conseguia se comunicar com 2000, 3000, 5000 pessoas e formava opinião. Hoje, em Curitiba, nós temos que falar para 1500000.

Então somente devido aquilo que a Roseli, que a Betinha, aquilo que qualquer jornalista conseguir escrever, ou do lado bom ou do lado ruim a respeito do que está acontecendo, na sociedade, é que nós vamos nos comunicar. Então o jornalista, ao analisar o mundo

moderno, não colocar qualquer dúvida ou qualquer senão, no uso da tribuna. Deveriam, na realidade, exigir que todos os deputados utilizassem a tribuna o máximo possível, para que pudessem ter as suas opiniões publicadas, isto é, pudessem ter as suas opiniões ao alcance da população, porque se não falarmos aqui e se a imprensa não cumprir com esse papel de reprodução, de amplificar o nosso microfone aqui na Assembléia, o Parlamento deixa de ter a função que tem.

Então, é uma nova abordagem, acho que quando vai para a tribuna o deputado tem que ter a consciência de que ele vai falar para a platéia, que aqui é a imprensa, é a mídia, porque se ele não conseguir, através da mídia, comunicar o que está pensando, não vai ter lugar de verdade na execução do seu mandato, e infelizmente a mídia cobre muito pouco o nosso Parlamento. Se a televisão, se a rede Bandeirantes, se o SBT televisionassem ao vivo, uma hora da Assembléia Legislativa todos os dias, o Paraná seria outro, as pessoas tomariam conhecimento, o debate estaria na casa das pessoas, estaria na fábrica, aquilo que a gente ouviu quando a Regina foi fazer o depoimento, ou quando o Antônio Carlos Magalhães foi fazer o depoimento, que as pessoas nas lojas de televisão estavam sintonizados com a TV Senado, isso iria acontecer também aqui em Curitiba, de repente, na semana que vem, quando o Deputado Algaci Tulio fosse utilizar da tribuna para abordar um assunto de absoluta relevância, polêmico na sociedade, às 03h00 da tarde, a minha mãe, as mulheres que estão em casa, os homens que pudessem assistir nos seus lugares de trabalho, estariam ligando a televisão porque a Rede Globo, o SBT, a Bandeirantes, estariam televisionando. O que nós deveríamos cobrar é o contrário, é uma amplificação e um esforço do trabalho da mídia eletrônica e da mídia impressa na cobertura do que diz respeito ao interesse coletivo, e não ao contrário.

Eu só queria contribuir para esse debate, que acho que ele às avessas, como foi colocado, é um debate enriquecedor para a nossa democracia e para o nosso trabalho de representar setores da sociedade.

O SR. BERALDIN

Deputado Vanhoni, o que estou reclamando, é que se relate os fatos.

No momento que você relata um fato, evidentemente você não comete injustiça, porque é evidente que no mês de abril, por exemplo, eu não faltei a nenhuma sessão, fui a Adrianópolis com o Deputado Algaci Tulio, Comissão do Meio Ambiente, relatamos os fatos, fomos a Antonina, fizemos audiência pública, relatamos os fatos que vimos, não é verdade, Deputado Algaci Tulio? Aí, o Clóvis da SPVS, se acha no direito de ter ou querer o espaço, ou até ter um espaço maior na mídia do que a função do parlamentar.

Então acho o seguinte: tem que fazer justiça àquele que apresenta um bom trabalho, que apresenta boas idéias, bons projetos, que tem uma convenção de conduta, que faz sentido para a população produtora, que

está junto com a população produtora, que é o elo de ligação, que se insere no contexto do desenvolvimento do Estado.

O Deputado Orlando Pessuti está hoje na “Gazeta do Paraná”, falando da questão do sindicato que os agricultores estão reclamando. Ora, Vossa Excelência está sendo um elo de ligação dos pequenos agricultores relatando um fato muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Neivo, eu lamento, mas o seu horário já extrapolou em muito. Gostaria que Vossa Excelência concluísse o seu pronunciamento.

Não é possível, olha Deputado Divanir, o Deputado Neivo extrapolou já em duas vezes o tempo que tem, então, gostaria que o Deputado Neivo encerrasse o seu pronunciamento.

Eu sei que o assunto é importante e quem sabe amanhã ou na próxima sessão...

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, apenas pondero a Vossa Excelência que nós tivemos um breve discurso do nosso querido amigo e colega Vanhoni, e não seria justo então, já que o Regimento já foi arranhado nesse momento, o meu pronunciamento está encerrado. Não sei se o Deputado Divanir...

Obrigado, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (Pela Ordem)

Gostaria de pegar a continuação do raciocínio do deputado Neivo Beraldin, porque nós, também, senhor presidente, salvo melhor juízo, nos consideramos um deputado presente na Assembléia, desde o início, quando fomos investidos do cargo de deputado.

Agora, se criou uma comissão aí, uma parceria da Universidade Federal do Paraná com a Folha de Londrina, para fazer a avaliação do desempenho de cada deputado aqui nesta Casa. Eu mantive conversa com o jovem Murilo Alves Pereira, que é um dos responsáveis da comissão, para dizer-lhe, para procurar saber os critérios que são adotados para fazer a avaliação do desempenho do deputado, porque hoje na Folha consta também que eu sou um dos deputados ausentes aqui na Casa.

O jovem Murilo, vi nele interesse, está chegando agora, faz um mês que está aqui. O interesse dele, é claro, é fazer justiça e ele está tomando conhecimento e os critérios ainda estão sendo desenvolvidos.

Eu até alertei o jovem, por exemplo, coincidentemente faltei uma semana aqui na Casa, mas talvez tenha sido a única semana em dois anos e meio. Foi quando eu estava lá em Umuarama, trabalhando no programa de um projeto nosso, que foi aprovado pelo governador, que eu acabei de dizer aqui na tribuna, sobre o Programa de revitalização do Solo em Caiuá, que tem na Folha de Londrina uma grande parceria, que dá grande espaço, porque

a Folha é o jornal mais lido da região Noroeste, do Arenito Caiuá.

Então talvez eles não tenham ainda notado, até chamei a atenção: olha, procura saber, às vezes o deputado não está aqui, mas está na região dele fazendo um trabalho que é do Legislador. Isso qualquer deputado aqui tem essa função, e é importante, até a sociedade cobra, as nossas bases eleitorais cobram nossa presença na região, para que a gente possa levar programa, enfim, isso é trabalho do parlamentar.

Então até sugeri que a gente veja isso, porque talvez até o jovem estudante universitário não tenha ainda conhecimento da consequência que pode ter para um colégio eleitoral de cada deputado, quando um eleitor vê, ouve uma notícia dessa, que às vezes tem orgulho do seu deputado, e, olha ali, ele é um ausente.

Então isso causa um prejuízo muito grande e, acho que, quem deve, deve pagar, é questão de justiça. Agora quem não deve, não deve pagar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no horário das Lideranças, PTB.

Com palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Não sei se vai haver número na tarde de hoje para a votação, mas quero deixar novamente patenteado a minha luta para que nos currículos de disciplina das escolas, principalmente estaduais, sejam colocadas aulas pertinentes às substâncias que continuam causando a dependência física ou psíquica, drogas e psicotrópicos.

Confesso aos senhores que cometi um pecado de não ter colocado nesse projeto um drama, que a CPI dos Medicamentos, aonde fiz parte, que poderá se tornar uma Comissão Permanente, neste Parlamento, que são os medicamentos para emagrecer. São fórmulas que muitas pessoas, principalmente mulheres obesas ou com uma gordurinha a mais, usam e esse tipo de medicamento para o emagrecimento, causa dependência física, causa duas personalidades no ser humano.

Recebi recentemente uma senhora no meu gabinete, encaminhei-a a uma psicóloga, doutora Viviane, e a causa requer internamento, porque este medicamento que existe e na minha época de juventude, se falava muito “a bolinha”, o psicotrópico, as anfetaminas, causam dependência física e se tomado com bebida alcoólica, a pessoa cria não uma, várias personalidades, mas mesmo assim, tenho certeza que voltarei com outro projeto para alertar a Secretaria da Saúde que na época do governo Álvado Dias, fez um trabalho muito grande no Estado do Paraná, através do então secretário de Saúde para combater essa desgraça, a violência deste medicamento de emagrecimento, e eu gostaria que este projeto, apesar de ter recebido uma série de pareceres contrários, que fosse votado, que abrisse a cabeça do secretário da Saúde do governo

Jaime Lerner, abrisse a cabeça da secretária da Educação, apesar de tantas críticas que ela recebe, abrisse a cabeça do Governo do Paraná, porque recentemente eu estava aqui no plenário com alguns deputados, num debate acalorado, eu, o Deputado Algaci, Waldyr Pugliesi, Marcos Isfer, sobre a ecologia, e a Gazeta do Povo, trouxe uma matéria que me deixou assustado em ver as duas netas do presidente da república dizer que quem usasse macinha ou qualquer derivado tóxico, mentisse na sala de aula ou mentisse para a diretora da escola e eu tenho certeza que essas duas jovens devem ter sido repreendidas pelo avô ou pelos pais, porque drogas levam as nossas filhas à prostituição mercantilista, levam os nossos filhos como verdadeiros cadáveres ambulantes, perambulando por esse asfalto negro de violência.

Ontem, um jovem drogado, na capital do Paraná, completamente alucinado de tanto cracke, roubou uma bicicleta do vizinho. Se não bastasse, o vizinho, não sei o porquê, foi à Polícia, deu queixa, ninguém resolveu. O ladrão, fumou o cracke, voltou à residência onde havia roubado a bicicleta e disse: “Roubei a sua bicicleta e agora vou roubar a sua vida”. Deu dois tiros na cabeça do jovem. Dopado, completamente dopado do cracke, que é um derivado da cocaína.

Eu gostaria de ver aprovado este projeto, mesmo - que o governo vete. Gostaria que servisse como um grito de alerta aos pais, porque eu não sei com quem estão os filhos. Os senhores que têm filhos, às vezes, os senhores estão em casa, na hora do almoço, ou na Assembléia, o seu filho pode levar um amiguinho para almoçar em casa. Você não sabe se é amigo ou inimigo, se está ali para olhar o seu apartamento, se está ali para bolar um seqüestro, se ele vai para o quarto, tranca a porta e oferece a ele um cigarro de maconha ou um cracke. Então, estamos correndo um risco grave.

Veja bem, uma quadrilha, em 15 dias, tomou de assalto na capital 5 prédios. Neste final de semana em 26 andares, abriram 24 salas. Isso é uma afronta contra o Poder Judiciário, contra o Ministério Público, contra a Polícia Civil e a Polícia Militar. Fico aqui pensando: se esta quadrilha adentrar um edifício e render todos os moradores do condomínio, imaginem os senhores, a violência é grande, não só nesta maneira do arrombamento, dos assaltos, desta forma de violência, mas a violência das drogas que ontem, 1º de Maio, um jovem foi preso na sua residência preparando quase que 140 papelotes de cracke para vender no centro da capital do Paraná, na Rua XV. Perguntaram: “De onde veio o cracke?” “-Ah, eu consegui no Paraguai, na Cidade de Leste”.

É um barbarismo, preocupa, e o meu projeto e o do Deputado Tiago, nada mais é do que fazer com que os professores, professores especializados que tenham participado de congressos de toxicologia, participado de debates, que orientem os nossos filhos na sala de aula, orientem nossas filhas, os nossos netos que droga é como entrar num túnel. É uma experiência própria. É um túnel tão negro que você procura estender a mão nesse túnel

para segurar a mão da pessoa que lhe pede, você tenta arrastá-lo, mas do lado de lá do túnel tem sempre um traficante puxando, não um, mas milhares, tentando tirá-lo das suas mãos.

Este projeto é importante para que os nossos estabelecimentos educacionais ajudem-nos salvar nossos filhos da violência das drogas. Esta é minha luta como homem de televisão e esta é a minha luta como deputado estadual, defendendo sempre a família e os filhos do Paraná.

Então quero dizer o seguinte. Ontem fui a um restaurante jantar com minha família, e pedi uma nota fiscal. A nota fiscal nada mais é senão, para ajudar a arrecadar ICMS. Esse dinheiro é para merenda, para a carteira escolar, para o caderno, para o lápis, para acabar com a miséria, para se criar uma justiça social que dê igualdade para todos. Lamentavelmente o garçom disse que não tinha nota fiscal, que tinha acabado o bloco, e aquilo me irritou profundamente. Eu falei: "Vou entregar o restaurante à Receita Estadual, porque não pode um restaurante sonegar o Governo do Estado do Paraná."

Na época do meu compadre, particular amigo, senador Álvaro Dias, foi lançada no Paraná uma campanha da nota fiscal, de que quando fôssemos a qualquer estabelecimento comercial, exigíssemos a nota fiscal. E dá-se a nítida impressão que o povo do Paraná tem medo de exigir a nota fiscal, como se estivéssemos cometendo um crime, Deputado Augustinho Zucchi.

Então porque não lançar uma campanha como foi feita no Governo do Álvaro Dias? Uma campanha que deu certo. naquela época o governador Álvaro Dias foi à televisão, em rede estadual e explicou qual era o objetivo do ICMS, o que o ICMS ajudaria a família brasileira do Estado do Paraná.

Então, gostaria que a Assembléia Legislativa, quero conversar com o Deputado Caíto Quintana e outros deputados, que nós criássemos aqui uma campanha, para que os estabelecimentos comerciais entendessem que não sonegando o Estado vamos ter justiça social em igualdade para a família brasileira do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças:

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 38 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Algaci Tulio, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente indicando o nome do senhor deputado para substituir o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti para compor a Comissão Parlamentar de

Inquérito da Telefonía. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Algaci Tulio, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente indicando os nomes dos senhores deputados para suplentes da CPI da Telefonía. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, devidamente apoiado, constante do expediente. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 628/99, de autoria do Deputado Tiago Amorin Novaes e Luiz Carlos Alborghetti, que torna obrigatória nos estabelecimentos da rede pública e particular de ensino, a inclusão nos currículos das disciplinas de química e biologia, de aulas sobre a constituição química e efeitos de substâncias que causam dependência física ou psíquica e drogas psicotrópicas. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ E PARECER FAVORÁVEL DA CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO A CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 628/99

P A R E C E R :

Trata-se de substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 682/99, o qual autoriza o Poder executivo a incluir nos currículos das escolas da rede pública e particular de ensino, as disciplinas de química e biologia, aulas sobre a constituição química e efeitos de substâncias que causam dependência física ou psíquica a drogas psicotrópicas.

Senhor presidente, quando da sua primeira passagem por esta Comissão, proferi parecer contrário a este projeto de lei, uma vez ser ele inconstitucional, ilegal e ser incompetente esta Casa de Leis legislar sobre a matéria aqui aventada.

Quis o Deputado Durval Amaral - Líder do Governo, quando da apresentação deste substitutivo geral como afirma em sua justificativa sanear inconstitucionalidades ali contidas.

Ledo engano senhor presidente, as eivas contidas no projeto original, continuam a persistir no substitutivo

geral forçando-me a manter o parecer anteriormente proferido.

O parecer nº 04/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - Brasília, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, menciona que:

O artigo 9º, inciso IV, da LDB assinala ser incumbência da União:... “estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum”.

Logo, os currículos e seus conteúdos mínimos (artigo 210 da Constituição Federal), propostos pelo MEC (artigo 9º da LDB - Lei de Diretrizes Básicas), terão seu norte estabelecidos através de diretrizes. Estas terão como foro de deliberações a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (artigo 9º, § 1º, alínea “c”, da Lei nº 9131, de 24 de novembro de 1995).

É, portanto, atribuição do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais, no nível de sua competência, a proposição de disciplinas como integrantes dos currículos escolares do Ensino Fundamental e Médio, não podendo ser exercida pelos legislativos estaduais ou municipais. Cabe à Câmara de Educação Básica do CNE (Conselho Nacional de Educação) exercer a sua função deliberativa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e a tarefa que lhes compete em termos de implementações curriculares, de acordo com a Constituição Federal e a LDB - Lei de Diretrizes Básicas.

Para orientar as práticas educacionais em nosso País, respeitando as variedades curriculares já existentes em Estados e Municípios, ou em processo de elaboração, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação estabelece os seguintes princípios para o Ensino Fundamental (Parecer 04/98), os quais deverão nortear as ações pedagógicas das escolas para a formação do cidadão:

a) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;

b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da Criatividade e do respeito à Ordem Democrática;

c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

Assim, ao aprender os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e da parte diversificada, os alunos estarão também constituindo suas identidades como cidadãos em processo, capazes de serem protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa,

nosso Parecer é Contrário ao Substitutivo Geral a este projeto de lei, ante à sua inconstitucionalidade, ilegalidade e incompetência desta Casa de leis de legislar sobre a matéria aqui aventada.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Duílio Genari, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Carlos Simões, Antonio Carlos Belinati, Caíto Quintana, Chico Noroeste.

Aprovado o Substitutivo Geral de Plenário, artigo por artigo.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 097/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar Programa Especial de Demissão Voluntária. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 097/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado do Paraná a implantar, no âmbito da administração direta e indireta, programa especial de demissão voluntária para os funcionários e servidores públicos.

§ 1º - Excetuam-se do referido programa, os servidores ou funcionários pertencentes aos quadros do Magistério, Coordenação da Receita do Estado - CRE, Polícia Civil, Polícia Militar, Procuradores, Advogados, Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA e Instituição de Ensino Superior do Estado do Paraná.

§ 2º - O programa terá duração de 01 (um) ano a partir da publicação desta lei.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o Programa, definindo a modalidade de incentivo, a origem dos recursos necessários e áreas abrangidas.

Parágrafo Único - As modalidades de incentivo ao desligamento do programa serão:

a) incentivo financeiro por ano de serviço; ou

b) incentivo ao desligamento gradativo com prejuízo de remuneração.

Art. 3º - Fica vedada, a qualquer tempo, a recontração do funcionário ou servidor que aderiram ao programa de demissão voluntária.

Art. 4º - No caso de servidor ou funcionário contratado pelo Regime CLT, a demissão processará obedecendo suas normas, garantindo-se o incentivo proposto no artigo 2º.

Art. 5º - As vagas decorrentes das adesões ao programa serão consideradas automaticamente extintas, ficando vedada a criação de cargos, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 04 (quatro) anos.

Art. 6º - Fica expressamente proibido qualquer tipo de constrangimento visando pressionar o funcionário ou servidor a aderir ao Programa Especial de demissão voluntária.

§ 1º - O poder executivo nomeará Comissão composta de 03 (três) membros, sendo um deles Promotor de Justiça indicado pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado, visando apurar eventuais denúncias de constrangimento.

§ 2º - Recebida a denúncia, a Comissão instalará inquérito administrativo num prazo de 60 (sessenta) dias, improrrogáveis, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Comprovada a denúncia o autor será demitido a bem do serviço público, e responsabilizando criminalmente pelos danos.

Art. 7º - Excluem-se do presente plano, os ocupantes de cargo em comissão.

Art. 8º - O Poder Executivo poderá adotar ainda outros benefícios que incentivará a demissão voluntária.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 016/2001, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro. Com sede e foro no município de General Carneiro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 016/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de General Carneiro, com sede no município de General Carneiro e foro no município de União da Vitória.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 027/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2001, que autoriza o Poder Executivo a proceder o pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais, aos familiares dos policiais militares, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 027/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o poder Executivo autorizado a proceder o pagamento de auxílio contra acidentes pessoais no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), por morte no efetivo exercício das funções policiais, aos familiares dos policiais militares abaixo relacionados:

Sadi Cláudio Ropke, falecido em 08 de dezembro de 1998; Jadir Machado Moreira, falecido em 06 de junho de 2000; José Carlos Lopes de Souza, falecido em 22 de junho de 2000 e Mário Fernando Xavier, falecido em 13 de julho de 2000.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder as alterações orçamentárias que se fizerem necessárias para o cumprimento desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.04.2001.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 032/2001, de autoria do Deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública, AMAI - Associação Maanaim de Apoio à Infância, com sede e foro no município de Londrina - PR. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/2001, de 06.03.2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 071/2001, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Fundação Araucária, com sede e foro nesta capital. **Aprovado. (Publ. no DA nº 022/2001, de 21.03.2001).**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/99, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza a construção do Hospital Regional do Sudoeste, no município de Francisco Beltrão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC e CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**.

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2000, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que autoriza o Poder Executivo a incluir no ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CE. EMENDA DE PLENÁRIO FAVORÁVEL DA CCJ APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2001, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Faça Uma Criança Feliz, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo**.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1109, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em discussão**.

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento do Deputado Algaci Tulio, que requer substituição do Deputado Luiz Carlos Alborghetti pelo Deputado Tiago Amorin Novaes na CPI da Telefonia.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Pela ordem, Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Para que se esclareça, Vossa Excelência falou do Partido dos Trabalhadores, ainda não tenho essa honra de ser Líder do PT, por enquanto sou Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Corrigindo, Vossa Excelência tem razão, Partido Trabalhista Brasileiro. **Encaminha-se à Diretoria Legislativa para as devidas anotações**.

Requerimento nº 1058, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1084, de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Nereu Moura, Augustinho Zucchi e Luciana Rafagnin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1095, 1096, 1097, 1098 e 1118, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1099, 1101, 1136, 1164, 1165, 1166 e 1167, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1102, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1105 e 1124, de autoria do Senhor Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1106, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1107 e 1108, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1111, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Accorsi e Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1112 e 1168, de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1114, 1115, 1123 e 1170, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1116 e 1151, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1125, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1126, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1127, 1138, 1153 e 1154, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1157, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Autorizo**.

Requerimentos nºs 1128, 1149, 1150 e 1152, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1129 a 1133, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1135, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1161, de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicado no final desta Ata).**

Requerimento nº 1137, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1140, 1141, 1142, 1158, 1159 e 1160, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1143 e 1172, de autoria do Senhor Deputado Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1144-A, 1144-B, 1145 e 1145-A, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1146, de autoria do Senhor Deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1147, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1148 e 1162, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1155 e 1156, de autoria do Senhor Deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1169, de autoria do Senhor Deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1171, de autoria do Senhor Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1173 e 1174, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 03, às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 040, 054 e 057/2001

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 351/2000, 059, 075, 077 e 078/2001

Convido ainda os senhores deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Genésio Gabriel Gava, por proposição do Senhor Deputado Beraldin, a realizar-se quinta-feira, dia 03 de maio às 17h00.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DURVAL AMARAL, EM SESSÃO DO DIA 02 DE MAIO DE 2001.

O Paraná e os Recursos do Pólo Automotivo

Gazeta do Povo

O Governo Estadual vem procurando enfrentar a complexa problemática do ajuste nas contas públicas através de medidas para reduzir despesas. Entre elas se inclui o novo horário de trabalho do funcionalismo e a reforma administrativa que, segundo se comenta, deverá “enxugar” a máquina administrativa, com a extinção de órgãos do primeiro escalão e funções comissionadas.

A perspectiva de substancial consolidação da posição do erário, entretanto, parece delinear-se num prazo de pelo menos quatro anos, quando a receita de exportação do Paraná deverá chegar a US\$3,7 bilhões, apenas com a venda de veículos.

Atualmente, a produção do pólo automotivo paranaense já representa o segundo item de maior peso na pauta de exportações do Estado. Só no ano passado, as vendas externas de automóveis, ônibus e tratores produzidos no Paraná, atingiram a quantia de US\$774 milhões, configurando crescimento de 389% em relação ao ano anterior.

Com esse aumento os veículos passaram a representar 17% de toda a receita de exportações do Estado, que chegou a US\$4,392 bilhões em 2000. Antes da expansão pólo automotiva, vale recordar: a participação do setor era de apenas 4%. Em 2000 foram produzidas 139.560 unidades de veículos, com crescimento de 145% em relação às 57.134 fabricadas no ano anterior, aumento que, além disso, é bem superior ao desempenho do setor em termos nacionais.

O crescimento de nosso pólo automotivo é, sem dúvida, fruto das transformações ocorridas no território paranaense nos últimos seis anos, graças à estratégia de captação de investimentos e à política de industrialização desenvolvida pela administração estadual.

Não é por acaso que a região Metropolitana de Curitiba, onde estão estabelecidas as montadoras e

fábricas de autopeças, está apresentando índice de crescimento três vezes maior do que a média de crescimento do Estado. Entre os desafios daí decorrentes estão a necessidade de estimular a geração de emprego e renda em outras regiões do Paraná, a fim de compensar a tendência de concentração na região Metropolitana de Curitiba, que praticamente já representa quase 40% da economia do Estado. Há que se considerar, ainda, o desafio na área de infra-estrutura, tornando mais difícil o equacionamento do problema da água, saneamento e energia da RMC.

A própria expansão, como se vê, acaba criando novos desafios. Mas a perspectiva de crescimento da arrecadação e renda, com a exportação de cerca de 50% dos veículos produzidos no Paraná, cria, felizmente, a possibilidade de ser fortalecida, em futuro não muito distante, a disponibilidade de recursos para que o desenvolvimento econômico também possa se transformar em desenvolvimento social.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 51/2001

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, ACIOLY BATISTA, matrícula nº 40928, de cento e oitenta dias (180), a partir de 19 de abril de 2001, término 16 de outubro de 2001. CID.813.4/5-CID.10B.18.2.

(Prot. nº 3953/2001)

PORTARIA Nº 52/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARCO RENATO SUDUL, matrícula nº 40905 funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Diretoria de Serviços Especiais, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3302/2001)

PORTARIA Nº 53/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARISA CAMARGO DOS SANTOS, matrícula nº 40621 funcionária desta

Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Coordenadoria do Patrimônio da Casa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 3623/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 02.05.2001.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 216/2000

I - exonerar, a pedido, JAURY JACOB DE CEZARO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ISMAEL JACOB DAL ZOT JÚNIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido, MOACIR JOSÉ HANSEN, do cargo em Comissão, símbolo 2GP-5, do gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, MOACIR JOSÉ HANSEN, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de julho de 2000;

V - prover, JAURY JACOB DE CEZARO, para exercer cargo em Comissão, símbolo 1GP-5, do gabinete do Deputado Ademir Bier, a partir de 1º de julho de 2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 217/2000

prover, LILIAN MAGDA DA LUZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessora da Comissão de Diretos Humanos e da Cidadania, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000, ficando a mesma autorizada a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicção

Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o artigo 177, da Lei n 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 5129/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 218/2000

I - exonerar, a pedido, LILIAN DAYSE LÚCIO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ÉDER WILSON COLONTONIO MATTIOLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Algaci Tulio, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5623/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 219/2000

I - exonerar, a pedido, ODETINO DE OLIVEIRA CASTRO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, CÍDIO GUIMARÃES SEVERINO, para exercer cargos em Comissão, junto ao gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5658/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 220/2000

I - exonerar, a pedido, MARIZETE JEANE SCHWAB LUCIANO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do gabinete da vice-Presidência deste Poder, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5691/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 221/2000

I - exonerar, a pedido, ODILMAR DE MOURA LUTZ, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, EDEVALDO DE MOURA LUTZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de julho de 2000, ficando o mesmo autorizado a prestar serviços em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

III - exonerar, a pedido RICARDO GOES MORENO, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de julho de 2000;

IV- prover, ROSALINO STEFFENELLO DURIGON, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Renato Gaúcho, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5694/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 222/2000

I - exonerar, a pedido, TAKETOSHI SAKURADA, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ANTONIO DE OLIVEIRA BONAPARTE FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-4, do Gabinete do Deputado Edno Guimarães, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5764/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/2000

exonerar, a pedido, GERSON LUIZ MARTINS AMARAL, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-2, do Gabinete do Deputado Albanor Gomes, a partir de 1º de Julho de 2000.

(Prot. nº 5817/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/2000

I - exonerar, a pedido AFONSO ILDO DIETRICH, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, LACI INÊS DIETRICH, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de julho de 2000;

III - exonerar, a pedido NELSON MARGUENROTE DE MEIRA, dos cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, FIDELIS DE OLIVEIRA, para exercer cargos em Comissão, junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de julho de 2000;

V - exonerar, a pedido PAULO RÚBIO, dos cargos em comissão, junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de julho de 2000;

VI - prover, FERNANDA RÚBIO, para exercer cargos em Comissão junto ao Gabinete do Deputado Sérgio Spada, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prots. nºs 5826 e 6055/2000)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 226/2000

I - exonerar, a pedido MARCELO CHEMIN, do Gabinete da Liderança do PT, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5842/2000)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.07.2000.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 227/2000

I - exonerar, a pedido, GILBERTO GARCIA CAMPOS, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000;

II - prover, ARÉZIO GARCIA DE CAMPOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000;

III - exonerar, a pedido, IVO TRAGHETTO JÚNIOR, do cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000;

IV - prover, CARLOS HENRIQUE MORES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1GP-1, do gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de julho de 2000.

(Prot. nº 5925/2000)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.07.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário

AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

PEDIDO DE ADESÃO

HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA, matrícula nº 40586, endereço Rua Francisco Rocha, 495 - Ap. 402A, Bairro Batel, Curitiba, CEP 80420-130, PR, remuneração mensal estimada R\$643,72, telefone 243-1572, data de nascimento: 12.03.1960.

Solicito ao Senhor Doutor Abib Miguel, Mui Digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº , de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: nível E07.

(Prot. nº 4783)

Curitiba, em, 02.05.2001.

(a) HILDA MARIA CESAR DE OLIVEIRA

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e um, reuniram-se na Sala das Comissões, os nobres pares desta comissão, Senhores Deputados: Algaci Tulio, Duílio Genari, Antonio Carlos Belinati, Chico Noroeste, presidida pelo Senhor Deputado Edson Strapasson. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente em nome de Deus, abriu os trabalhos; rapidamente fez menção às soluções que a Anatel deu às questões anteriormente abordadas na reunião anterior da comissão; na sequência passou a ordem dos trabalhos: leu a pauta do dia: 01) Projeto de Lei nº 316/2000, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma. Relator: Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL, COM EMENDA DA COMISSÃO. 02) Projeto de Lei nº 327/2000, de autoria do Deputado Ricardo Maia. Relator: Deputado Chico Noroeste tece considerações: “A proposta não deveria ser feita em forma de projeto de lei e sim de requerimento”. Deputado Algaci Tulio sugere que o projeto seja cancelado na CCJ. Deputado Edson Strapasson sugere emendas ao relator, emenda aprovada por todos. Deputado Antonio Carlos Belinati PEDE VISTAS. 03) Projeto de Lei nº 042/2001, de autoria do Deputado Eli Ghellere. Relator: Deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Encerrada a pauta, o senhor presidente questionou sobre o comparecimento à comissão, do Secretário dos Transportes, Doutor Nelson Justus, para responder questões referentes a: Programas de Obras no Estado, o que está sendo feito, valores, estado das obras, sistemática de controle fiscal dos recursos arrecadados pelas concessionárias do pedágio, bem como planilha de custos, plano de investimentos, implantação de sinalização; Funor, entre outros. Também sobre o comparecimento do diretor do DER e Superintendente do Porto de Paranaguá. Os membros concordaram, ficando no aguardo de confirmação da data do comparecimento dos mesmos para Reunião da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo presidente e por mim, Sandra Zampier, secretária da Comissão de Obras.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Sandra Zampier - Secretária